

Luciano Accioly Lemos Moreira

# O SIGNIFICADO DA VIDA NO SISTEMA DO CAPITAL

Introdução

# FICHA CATALOGRÁFICA

© do autor

Creative Commons - CC BY-NC-ND 3.0

Arte da capa: Luciano Accioly Lemos Moreira

Diagramação: Luciano Accioly Lemos Moreira

Revisão: Bruno Gonçalves da Paixão

Revisão de português: Sidney Wanderley

Revisão da capa: Liana França Dourado Barradas

Imagem da capa: O Negro Cipião – Cezanne, Paul.

## **Catálogo na fonte**

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

*Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins de Lima*

---

M838s Moreira, Luciano Accioly Lemos.

O significado da vida no sistema do capital : introdução / Luciano Accioly Lemos Moreira. – São Paulo : Instituto Lukács, 2018.  
128 p.

Bibliografia: p. 113-114.

ISBN: 9788565 999458

1. Capital - sistema. 2. Vida – significado. I. Título.

CDU: 237

---

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Esta obra foi licenciada com uma licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial – Sem Derivados 3.0 Brasil.

Para ver uma cópia desta licença, visite [creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/) ou envie um pedido por escrito para Creative Commons, 171 2nd Street, Suite 300, San Francisco, California, 94105, USA.

Esta licença permite a cópia (parcial ou total), distribuição e transmissão desde que: 1) deem crédito ao autor; 2) não alterem, transformem ou criem em cima desta obra e 3) não façam uso comercial dela.

1a edição: Instituto Lukács, 2018.

INSTITUTO LUKÁCS  
[www.institutolukacs.com.br](http://www.institutolukacs.com.br)  
[distribuaositeil@gmail.com](mailto:distribuaositeil@gmail.com)

Luciano Accioly Lemos Moreira

O SIGNIFICADO DA VIDA NO SISTEMA DO  
CAPITAL

Introdução

1ª edição  
Instituto Lukács  
São Paulo, 2018

## CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Jesus Santos  
Andréa Pereira Moraes  
Belmira Rita da Costa Magalhães  
Betania Moreira de Moraes  
Bruno Gonçalves da Paixão  
Dayane Silva Oliveira  
Edivânia Francisca de Melo  
Edlene Pimentel Santos  
Emanoel Rodrigues Almeida  
Fabio Cristovam Batista Paiva  
Francisca Maurilene do Carmo  
George Amaral Pereira  
Gilmaisa Macedo da Costa  
Helena de Araújo Freres  
Jackeline Rabelo  
José Deribaldo Santos  
Liana França Dourado Barradas  
Luciano Accioly Lemos Moreira  
Maria Cristina Soares Paniago  
Maria das Dores Mendes Segundo  
Maria Gorete Rodrigues de Amorim  
Maria Lucia Paniago  
Maria Norma Alcântara B. de Holanda  
Maria Susana Jimenez  
Mariana Alves de Andrade  
Odair Michelli Junior  
Rafael João M. de Albuquerque  
Rosângela Melo  
Ruth Maria de Paula Gonçalves  
Talvanes Eugênio Maceno  
Uelber Babosa Silva  
Victor Andrade Silva Leal  
Yessenia Fallas Jiménez

À Bia, Biel e suas gerações,  
Que tenham as condições historicamente favoráveis  
e a coragem de decidir pela Revolução.

Aos camaradas do Instituto Lukács,  
que me apresentaram um rico e genuíno significado  
à minha vida.

## SUMÁRIO

1. Para início de conversa.....	07
2. O <i>sentido da vida</i> e a totalidade social.....	11
3. O capital no capitalismo e sua lógica ante o tempo do indivíduo e da humanidade.....	23
4. O sentido da vida sob o labirinto da manipulação do consumo.....	41
5. A crise estrutural do capital e suas consequências destrutivas para a humanidade.....	51
6. O sentido da vida para além do capital.....	77
6.1. O papel da consciência e de uma forma de organização política adequada à revolução.....	77
6.2. A necessidade da revolução: por um significado genuíno na vida.....	91
6.3. A revolução e a educação socialista: uma relação reciprocamente necessária.....	99
7. Bibliografia.....	113



# O SIGNIFICADO DA VIDA NO SISTEMA DO CAPITAL

## Introdução

O bicho

Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.  
Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.  
O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.  
O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira

## 1. PARA INÍCIO DE CONVERSA

Vivemos na atualidade uma profunda crise econômica que, de maneira mediada, afeta a totalidade da vida social. Todas as esferas sociais, das mais amplas ao complexo de cada individualidade em particular neste mundo, encontram-se num estado de instabilidade, insegurança e de certa perturbação.

Há em larga medida uma sensação de que as pessoas não estão bem, que caminham dentro de um imenso vazio e solidão, entre uma multidão desorientada e desconectada. Sentimos que vivemos em uma totalidade social que poderia superar toda espécie de desigualdade, dado o alto desenvolvimento das forças produtivas; no entanto, assistimos em todos os quadrantes do mundo a um aumento avassalador da miséria, da exploração e de várias formas de opressão.

A humanidade aglutina contraditoriamente um imenso conjunto de bens materiais e espirituais decantados pelo corpo social que poderiam ser desfrutados e apropriados pelos indivíduos. Pelo contrário, o que ocorre na realidade é um fosso entre a riqueza do gênero humano e a imensa maioria dos indivíduos vivendo formas diversas de solidão, desigualdade e de uma falta de um sentido na vida que mova e permita aos indivíduos, de modo livre, apropriar-se do que sua humanidade até aqui produziu.

A crise estrutural do capital, somada às variadas formas particulares de seus efeitos sobre cada individualidade, lugar, nação e continente, nos permite visualizar tendências e perspectivas conservadoras, reacionárias e irracionais em vários setores e lugares da vida. As relações imperialistas intensificam-se sob o domínio cada vez mais tenso e instável dos Estados Unidos sobre o mundo, e que por meio da crise estrutural tornam a busca incessante pelo poder dos monopólios capitalistas do mercado e pelos recursos naturais finitos, gerando uma ameaça de futuros conflitos que ameçam a humanidade.

Os jovens, especificamente, olham com receio e insegurança seu futuro, pois a instabilidade e a insegurança tornam-se a tônica de seu cotidiano. O desemprego, o emprego temporário ou precário, a destruição da natureza em vários níveis, a violência generalizada, o consumismo desregrado e sem sentido, enfim, a ausência de um significado elevadamente humano e genuíno por que lutar, lança a juventude numa apatia e num isolamento perturbadores.

O capital não pode ter outro objetivo que não sua própria auto-reprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente.

Assim, a influência civilizadora encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna da auto-reprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).



O autor acima citado revela que em 1981 o orçamento militar dos Estados Unidos chegou a 300 bilhões de dólares, enquanto os serviços sociais mais elementares ou foram cortados ou reduzidos. Essa lógica desafia a compreensão humana, porquanto sua direção não é dada por uma produção e uma reprodução social e econômica que tenham as necessidades humanas como um fim essencial, mas ao contrário, as necessidades humanas constituem barreiras e limites que a lógica da produção e expansão de riqueza do sistema do capital deve constantemente submeter e superar.

Outro dado assustador do nosso tempo é o aumento significativo dos casos de suicídios, de depressão e de várias desordens emocionais entre os jovens e adultos no planeta. As tentativas de “saídas” são as mais diversas; todas, de alguma maneira, encontram-se fundamentalmente assentadas ou num aprofundamento do isolamento pessoal em direção a uma tentativa de evasão do mundo por meio transcendente, religioso, em busca de uma iluminação interior que, no limite, apenas se configura numa revolta do mundo, negando-o e enclausurando cada individualidade num estado que apenas intensifica tal perturbação; ou, por outro lado, num voluntarismo e num praticismo desesperado diante dos muitos efeitos danosos sobre a sociedade ou a natureza, que no final nada interfere essencialmente no andamento destrutivo da totalidade do capital. Essas “saídas” frustradas, por serem parciais, isoladas ou transcendentais, refletem em alguma medida num aumento considerável do uso de álcool e drogas como fugas e escapes da vida; a utilização desregrada de remédios antidepressivos e calmantes tornou-se comum entre as pessoas em seu cotidiano.

Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua auto-

reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas, já que tal “solução final” é negada ao capital, somos confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação. (MÉSZÁROS, 2002, p. 802).

Diante dos fatos, há que tomarmos o desafio e o fardo do tempo histórico em nossas mãos. As tarefas radicais e profundas demandadas no enfrentamento das problemáticas atuais exigem uma tomada de decisão pela revolução socialista, como a alternativa radicalmente distinta e humanamente viável ao resgate da história nas mãos dos trabalhadores livres e associados.

Este livro se propõe discutir de maneira introdutória a base material e as possibilidades abertas pelo desenvolvimento econômico em relação ao significado que move as decisões predominantemente das individualidades em face do gênero humano. Revela os limites, os efeitos, as contradições e as consequências de um mundo dominado pela lógica do capital para o desenvolvimento dos indivíduos na relação com sua humanidade. Como também, busca demonstrar a possibilidade e a necessidade de um significado na vida que se proponha enfrentar os danos destrutivos e ameaçadores da lógica produtiva e reprodutiva do capital em relação à humanidade e sobre a natureza, na construção de um mundo para além do capital.

## 2. O *SENTIDO DA VIDA* E A TOTALIDADE SOCIAL

Meu povo, meu poema

Meu povo e meu poema crescem juntos  
como cresce no fruto  
a árvore nova  
No povo meu poema vai nascendo  
como no canavial  
nasce verde o açúcar  
No povo meu poema está maduro  
como o sol  
na garganta do futuro  
Meu povo em meu poema  
se reflete  
como a espiga se funde em terra fértil  
Ao povo seu poema aqui devolvo  
menos como quem canta  
do que planta

Ferreira Gullar

O *sentido da vida* surge como algo resultante do processo de tornar-se homem do homem. Esse processo, que é histórico, se dá entre individualidades junto à generidade humana, no enfrentamento da produção e reprodução de sua existência. A qualidade das relações sociais de produção e reprodução da vida, junto ao grau de desenvolvimento social de cada época histórica, será a base e o campo real de possibilidades extensivas e intensivas que as individualidades poderão escolher para desenvolver suas capacidades e habilidades junto ao gênero humano.

Sendo assim, o *sentido da vida* não teria seu conteúdo de valor fixo, e assim, eterno e imóvel. Portanto, não haveria um sentido da vida possível, mas sentidos possíveis forjados em forma de alternativas pelo conjunto social de cada época e disponíveis aos indivíduos. O conteúdo de valor que compõe cada significado para a vida seria o resultado das relações históricas em movimento e

que, diante do tipo e da qualidade das relações de produção e reprodução estabelecidas entres os homens, põe como horizonte um tipo, e uma direção/*sentido* predominante (não único), para a vida das individualidades de cada época. Esse sentido expressaria horizontes sociais que poderiam refrear ou elevar o desenvolvimento dessas individualidades na relação com a humanidade. O tipo e o grau de desenvolvimento econômico seria a base sobre a qual os significados surgem e operam nas individualidades, como razões e significados para as ações e finalidades da vida para cada indivíduo.

Lukács explica de modo sintético a base ontológica do *sentido da vida*. Toda ação humana tem como princípio central o estabelecimento de uma posição teleológica, de um fim que se pretende alcançar naquela prática. No trabalho, lugar que funda essa forma radicalmente distinta no interior do ser social em sua relação com a natureza, esse princípio, essa finalidade para se realizar, precisa compreender a parcela da natureza que se pretende transformar, e com isso, reordenar suas propriedades concretas, adequando-as às necessidades daquela finalidade. O ser social durante todo o processo terá como norteador da eficácia ou não desse reordenamento da natureza o fim previamente estabelecido junto ao valor ou ao desvalor de ser adequado, inadequado, eficaz ou ineficaz tal objetivação. Assim, surge pela primeira vez na esfera da vida, mas precisamente no interior do ser social, o valor.

[...] na sociedade dentro da qual fazemos estas descobertas, vivemos uma vida humana. E, vivendo esta vida humana, pomos nela alguma coisa que não existia absolutamente na natureza, isto é, a contraposição entre *valor* e *desvalor*. Recorro novamente a um exemplo simples. O homem primitivo, de que falava eu há pouco, encontra pedras em qualquer lugar. Uma pedra pode ser adaptada para cortar um ramo, e uma outra, não; e este fato – ser ou não ser adequado – é um problema absolutamente novo, de um tipo que não existe na natureza inorgânica, porque quando uma pedra rola de uma montanha não há

uma questão de sucesso ou fracasso no fato de ela cair inteira ou se partir em dois ou em muitos pedaços. (LUKÁCS, 2014, p. 40).

A valoração do útil ou inútil, do eficaz ou ineficaz, não existe na natureza, pois é algo essencialmente do mundo dos homens. Segundo Lukács, o ser social é um ser que responde, sempre sobre condições históricas e naturais específicas, ou seja, herdadas, e assim os homens transformam suas necessidades em perguntas, e estas se tornam suas finalidades. Tais finalidades terão de captar na natureza ou na sociedade os meios adequados para que seus fins se objetivem. Os fins apenas se objetivam se os meios (naturais ou sociais) forem adequados, e os meios serão reordenados em direção à obtenção do fim determinado idealmente pelo ser social no cumprimento de suas necessidades.

Do ponto de vista da natureza inorgânica, isto é inteiramente indiferente; com o aparecimento do trabalho, entretanto (mesmo do trabalho mais simples), coloca-se o problema do útil e do inútil, do adaptado e do não adaptado; um conceito de valor. Quanto mais se desenvolve o trabalho, mais extensas se tornam as representações de valor a ele relacionadas. E de modo mais sutil – e sobre um plano mais alto – se coloca o problema de saber se uma dada coisa, num processo que se torna cada vez mais social e complexo, é adequada ou não à autorreprodução do homem. Este é o meu ponto de vista sobre a fonte ontológica daquilo a que chamamos valor. (LUKÁCS, 2014, p. 40).

O mundo dos homens que não se limita ao trabalho – mesmo sendo o trabalho sua base fundamental e ineliminável – será um compósito em síntese de múltiplas posições teleológicas formando uma totalidade em processo. Um complexo de complexos organicamente existentes forma o mundo dos homens. Lukács explica de modo resumido a ampla e complexa rede de mediações entre os valores que surgem no trabalho (voltado à transformação da natureza – útil/inútil) e os valores que se inserem e operam nos demais complexos sociais que se dirigem

não à transformação da natureza, mas à consciência dos homens e que darão sentido e direção às suas práticas cotidianas:

Quanto mais se desenvolve o trabalho, mais extensas se tornam as representações de valor a ele relacionadas. E de um modo mais sutil – e sobre um plano mais alto – se coloca o problema de saber se uma dada coisa, num processo que se torna cada vez mais social e complexo, é adequada ou não à autorreprodução do homem. (LUKÁCS, 2014, p. 40).

O valor estará presente em todos os complexos, direcionando e qualificando suas ações e seus esforços, numa rede complexa e contraditória de mediações e inter-relações. E terá como momento predominante aquilo que é essencialmente valorado como útil e inútil na produção dos bens de consumo e meios de produção imprescindíveis à manutenção da vida humana.

O *sentido da vida*, portanto, terá seu eixo na contraposição entre aquilo que primordialmente se apresenta como valor ou desvalor, contido nas finalidades e nas ações dos homens no processo de produção e reprodução de suas vidas historicamente determinadas. Aquilo que sob determinadas condições de produção e reprodução da vida dos homens será primordialmente definido como importante ser e ter, conseqüentemente, esses valores produzidos na totalidade social como tendências e alternativas tidas como eficazes/úteis ou ineficazes/inúteis aos indivíduos, conduzirá suas práticas, seus projetos e seus planos; e seus horizontes, tendo como base concreta, como campo de possibilidades e alternativas, a realidade social fruto da síntese das múltiplas posições teleológicas objetivadas num dado momento histórico.

Lukács recorre em vários momentos a um trecho de Marx do *18 Brumário*:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas

com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (1969, p. 17).

A qualidade de suas relações sociais engendradas e tornadas uma totalidade em processo produzirá um campo de possibilidades e de tendências no qual as individualidades poderão atuar na produção e reprodução de suas vidas; isso permitirá um maior ou menor desenvolvimento de suas personalidades junto à generidade humana.

Há que observar três grandes eixos nesse processo: 1. o grau/nível de desenvolvimento das forças produtivas; 2. a qualidade das relações sociais de produção advindas da lógica do como se produz, para que se produz e para quem; 3. o desenvolvimento intensivo e extensivo do gênero humano, e conseqüentemente, da forma de relação real entre os indivíduos e o gênero humano, e se esta se dá de maneira harmoniosa/favorável ou desarmoniosa.

À medida que o mundo dos homens vai sendo erguido, surgem três grandes tendências no interior do processo de desenvolvimento do ser social. Essas tendências terão como base a atividade primária e fundamental do ser em questão, e lançarão como possibilidade as individualidades em direção à constituição de uma generidade humana cada vez mais rica e mediada por nexos sociais. Daí se pode ter um momento na história humana em que haja a possibilidade objetiva de que as individualidades possam desenvolver-se plenamente junto ao gênero, contudo as relações de produção e reprodução devem ser favoráveis a tal intento.

De maneira resumida, podemos indicar três grandes complexos dinâmicos que se inter-relacionam: o primeiro é representado por um processo de desenvolvimento econômico em que a quantidade do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução dos indivíduos tende paulatinamente a diminuir.

Lukács ressalta que devemos levar em consideração nesse momento se essa evolução foi ou não linear; ou se hoje a capacidade produtiva se limita apenas, ou não, à necessidade física dos homens. Ele quer apenas indicar uma lei tendencial objetiva no mundo dos homens: a capacidade de o trabalho produzir mais que o necessário para a manutenção dos indivíduos. Se o trabalho necessário para a produção dos bens de consumo e de meios de produção tende a diminuir, surge na história, como conquista essencialmente humana, o tempo excedente/disponível/livre.

A relação entre o trabalho necessário e o excedente será essencial para a compreensão do tipo de significado que move cada formação social, pois o uso e a utilidade desses dois momentos serão fundamentais. O tempo dedicado a produzir e o tempo disponível concedido ao indivíduo para que possa libertar-se da mera reprodução biológica em favor do seu enriquecimento como ser genérico serão fundamentais ao nosso entendimento do tema em questão.

O significado em questão é o tempo de vida dos indivíduos potencialmente significativo, emergente em seu vínculo próximo com o desenvolvimento produtivo da humanidade, que pouco a pouco liberta os indivíduos dos constrangimentos brutos de sua remota existência, restrita à mera sobrevivência, e institui para eles o poder de fazer escolhas genuínas. (MÉSZÁROS, 2007, p. 34).

O segundo princípio é o processo de socialização cada vez mais generalizado, o qual torna a vida humana intensa e extensivamente mais mediada por nexos sociais. Um fenômeno denominado por Marx de “recuo das barreiras naturais”. Assim, a reprodução do ser social se dará sempre sobre bases e mediações cada vez mais sociais, pois mesmo os elementos mais fundamentalmente orgânicos presentes no homem, como a fome e a reprodução biológica, se desenvolverão por meio e uso de mediações e componentes cada vez mais sociais. Sobre isso, explica o autor:



O senhor se lembrará de que uma vez Marx disse, muito bem, a fome é a fome, ressaltando porém que a fome que é satisfeita mediante um almoço à base de carne cozida, garfo e faca, é muito diferente da fome que se satisfaz no ato de devorar carne crua. Estudando a satisfação das mais profundas necessidades fisiológicas, isto é, o alimento e o sexo, pode-se observar melhor como estas funções humanas são, em certa medida, cada vez mais fortemente socializadas. (LUKÁCS, 2014, p. 139).

Esse segundo princípio fundado pela prática do trabalho e generalizado às outras esferas sociais entre os homens e dos homens com a natureza coloca uma questão fundamental: a radicalidade histórica e social do ser social instaurada pelo trabalho, pois suas leis sociais, fruto de sua prática produtiva e reprodutiva, são passíveis de mudança e de superação em toda a sua extensão. Assim, todo o seu edifício socialmente produzido e que tem como base uma forma de trabalho pode ser alterado.

O terceiro ponto, efeito das questões anteriores, é que o desenvolvimento econômico, ao produzir mais que o necessário para a manutenção/reprodução da sociedade, e assim, ampliar sua capacidade produtiva através de mediações sociais cada vez mais amplas e economicamente desenvolvidas, instaura um processo de universalização do ser social que tem como consequência uma maior integração entre os indivíduos com seu gênero. As mediações econômicas e sociais que se interligam de modo amplo, fazem objetivamente um gênero humano na mesma medida e extensão.

Esse processo se realiza entre contrastes, avanços, recuos, mas sempre de maneira essencialmente social, em que os problemas ou as soluções serão cada vez mais de base social, e não meramente natural. Os três elementos acima descritos se desenrolam sem que seus resultados tenham relação direta com o comportamento consciente dos homens. Como explica Lukács, “a totalidade é mais que a soma das partes”, é uma síntese em

processo, uma relação complexa de efeito e contraefeitos de complexos sociais em seu próprio interior e na inter-relação com os demais complexos, tendo como base um modo de produzir e reproduzir a vida.

Nessa processualidade em movimento, composta por nexos causais advindos de atos teleológicos postos e causalidades dadas (automovimento que repousa sobre si mesmo/ legalidade natural), teremos também a presença da casualidade, que em muitos momentos da história aparece como elemento de fundamental importância nos encaminhamentos históricos.

[...] mas a produção da sociedade tem origem na ampliação da divisão do trabalho, como resultado do aparecimento de posições teleológicas cada vez mais complexas, que se sobrepõem às posições teleológicas primárias, constituindo um maravilhoso sistema de posições teleológicas. Se analisássemos realmente a sociedade, creio que chegaríamos à conclusão de que seu átomo constitutivo é a posição teleológica singular. E, entretanto, a síntese da sociedade não é mais uma formulação teleológica. Devemos insistir aqui no fato de que cada ato singular de venda ou de aquisição de uma mercadoria é uma posição teleológica. Se uma mulher vai ao mercado e compra cinco peras, esta é uma posição teleológica. Porém, no mercado, das mil posições teleológicas surge uma causalidade do mercado que se articula com outras causalidades de outros mercados. Desse modo, só são eficazes as consequências causais das posições teleológicas singulares. Um momento ineliminável da objetividade e da normatividade das leis sociais é que o resultado das posições teleológicas singulares, que constituem a essência da sociedade, representa algo inteiramente diverso daquilo que era proposto através delas. (LUKÁCS, 2014, p. 89).

A síntese desses vários momentos forma uma totalidade com consequências inesperadas para os homens. Por mais que suas

tendências fundamentais possam ser conhecidas por complexos como a ciência, a filosofia e a arte, cada um de acordo com sua especificidade e profundidade, haverá sempre um período de consequências desconhecidas e inesperadas para os homens, e que poderão contrariar suas intenções e previsões iniciais em relação aos resultados do processo em seu conjunto.

Diz Lukács:

O homem é um ser que dá respostas. Um ser que dá respostas é um ser que reage somente às alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva. Mas, fazendo isso, este ser abstrai certas tendências contidas no processo espontâneo para transformá-las em perguntas e encontrar para elas uma resposta. Por isso, esta reação não é puramente espontânea. Um leão, ao devorar um antílope, constitui um processo puramente biológico, no qual não está presente qualquer alternativa. Quando, ao contrário, o homem, através de seu trabalho, eleva à abstração sua relação de intercâmbio com o ambiente para fazer dela um problema ao qual deve ser dada uma resposta, esta alternativa é inserida no processo histórico. (2014, p. 151).

E complementa:

Na realidade, existem conexões causais que operam de modo espontaneamente causal e existem conexões causais que são postas em movimento, de um modo particular, sobre a base de uma iniciativa teleológica, sem com isso perder seu caráter de necessidade causal. (2014, p. 151).

É sempre sobre uma base concreta, através de um modo de produção e reprodução da vida, e de acordo com um nível de desenvolvimento das forças produtivas, que a questão da liberdade e da margem e poder de uma decisão entre escolhas deve ser compreendida, pois há uma relação ineliminável entre o cumprimento das necessidades humanas, a qualidade e o nível de

desenvolvimento social e econômico e a questão da liberdade das individualidades em face da totalidade social, que é um campo de possibilidades e de alternativas para o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico cria a base sobre a qual os indivíduos e as classes podem operar. Conforme Lukács, “a liberdade existe no sentido de que a vida dos homens coloca alternativas concretas” (2014, p. 147).

O *sentido da vida*, portanto, não se constitui num conteúdo fixo, dado e naturalmente existente nos indivíduos; ou num direcionamento externamente adquirido por meios morais ditos “corretos” ou “superiores”, advindos de forças sobrenaturais, divinas etc. O homem é um ser radicalmente histórico, e sua raiz, como diz Marx, é o próprio homem, o tornar-se homem do homem. Assim, tem-se que atingir *ad hominem*, pois é no próprio processo do tornar-se homem que poderemos compreender as capacidades e potencialidades contidas num dado modo de produzir e reproduzir a vida dos homens e, a partir disso, compreender se essa formação social favorece e estimula o desenvolvimento de significados e perspectivas que conduzirão as decisões dos indivíduos junto à humanidade de modo que se consubstanciem em valores positivos, ou se contribui para a produção de valores destrutivos para esses indivíduos e para a totalidade em que eles vivem e operam.

Numa forma específica de produzir e num grau determinado de desenvolvimento econômico e social, os indivíduos podem encontrar alternativas em relação aos significados de vida que se colocam como predominantemente imprescindíveis e “eficazes” aos olhos de suas “conquistas” singulares, mas que na sua universalidade junto ao gênero, se revelam desumanos e destrutivos para o desenvolvimento efetivo dos indivíduos na relação com seu gênero. O valor e o contravalor têm de ser compreendidos na relação entre as individualidades e o conjunto das conquistas do gênero humano até aquele determinado momento. Assim, o que pode, num dado momento histórico,

parecer ao indivíduo como um valor “positivo”, por exercer de imediato uma realização individualizada nos marcos daquele sistema social, pode, quando analisado do ponto de vista da universalidade, produzir um contravalor, por encontrar-se em contraposição ao seu gênero, e conseqüentemente, impedir uma maior e mais elevada humanização da individualidade.

Afirma Mészáros (2007, p. 40):

Naturalmente, a relação entre os indivíduos e a humanidade sempre depende do modo como a interação necessária entre os seres humanos e a natureza é mediada, sob as circunstâncias dadas, por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas.

Analisaremos brevemente a relação entre os indivíduos e a totalidade social nas formas precedentes ao capitalismo e no capitalismo, tentando captar seus momentos mais fundamentais de produzir e reproduzir a vida em sociedade e revelando suas conseqüências e possibilidades para o desenvolvimento das individualidades em relação ao conjunto social de sua humanidade.



### 3. O CAPITAL NO CAPITALISMO E SUA LÓGICA ANTE O TEMPO DO INDIVÍDUO E DA HUMANIDADE

Pedro pedreiro tá esperando a morte  
Ou esperando o dia de voltar pro Norte  
Pedro não sabe mas talvez no fundo  
Espere alguma coisa mais linda que o mundo

Pedro Pedreiro (trecho)  
Chico Buarque

Como vimos, o ser social é constituído por uma atividade automeciadora na qual, pelo trabalho, realiza junto à natureza uma ação consciente e radicalmente transformadora da realidade. O homem, por meio de sua atividade, reordena parcela da natureza, adequando-a aos seus fins, suprimindo por esse meio suas necessidades. Esse processo gera uma ampliação de suas necessidades, como também dos meios para atendê-las. Funda-se, assim, um ser radicalmente histórico e social; e as relações de cada individualidade com a natureza e com a humanidade terão a qualidade produzida pela totalidade social na produção e reprodução da existência.

No instante em que o ser social é fundado, por meio do seu sociometabolismo no interior do trabalho junto à natureza, há o que Marx denomina de “recuo das barreiras naturais”. Inicia-se um processo de sociabilização que já não nos permite designar esse ser como um simples gênero animal. De modo que cada individualidade humana pode apenas ser entendida ou representada como um indivíduo genérico animal. Ao contrário, os seres humanos se apresentarão como um complexo corpo social formado por uma multiplicidade de indivíduos reais e históricos. Deste momento em diante seu pertencimento e seu tornar-se homem não podem resumir-se à mera transmissão genética dada por seu nascimento junto à sua espécie. A base orgânica de cada individualidade, que é insuprimível, continuará a ser condição

essencial para o tornar-se homem do homem, contudo esse ser deve entrar constantemente numa rede de mediações sociais necessárias para apropriar-se daquilo que é imprescindível para a sua reprodução como indivíduo, ao lado de sua generidade humana.

Se lançarmos um breve olhar sobre a história humana e seus modos de produzir e reproduzir socialmente, poderemos compreender melhor esse processo.

O homem primitivo, dado seu pouco desenvolvimento social e econômico, era obrigado a dedicar suas forças quase que exclusivamente à garantia de sua mera sobrevivência junto à natureza. A ausência de um excedente econômico limitava sua vida ao tempo de trabalho necessário, em busca da manutenção de sua existência, e assim o tempo histórico era ainda nesse instante restrito à coleta, caça, pesca, enfim, às atividades diretamente ligadas à manutenção de sua existência.

As condições favoráveis de uma relação de produção coletiva presentes na comunidade primitiva proporcionavam uma distribuição coletiva, num consumo coletivo dos bens materiais e espirituais (conhecimento) decantados por cada comunidade primitiva até então. Em resumo, nesse momento aquilo que fosse decantado pelo corpo social de cada comunidade primitiva poderia ser transferido para cada indivíduo. As relações sociais de cada tribo ou de cada comunidade não impediam o acesso objetivo do indivíduo em direção ao cabedal cultural e aos bens de consumo ou dos instrumentos presentes em cada comunidade.

Isso ocorria por uma necessidade objetiva de que cada indivíduo dominasse as habilidades e os conhecimentos de sua comunidade, para que a reprodução dessa comunidade não fosse prejudicada ou inviabilizada em face das forças da natureza. No entanto, essas relações sociais e econômicas favoráveis eram limitadas, já que o desenvolvimento de cada indivíduo se dava junto a um conjunto social limitado à sua tribo, sobre o domínio



da escassez e fruto do pouco desenvolvimento social e econômico daquele momento histórico.

O tempo livre, resultante do desenvolvimento social e econômico na produção do excedente e, assim, de uma condição objetiva favorável ao desenvolvimento de uma individualidade rica, complexa, diversa e gerada por um campo amplo de alternativas, era nesse momento ainda uma impossibilidade. Ademais, verificava-se a ausência de um gênero humano mundial que tornasse possível uma rede de interligação real e concreta de uma força social produtiva e reprodutiva generalizada com cada indivíduo, e por isso favorável ao movimento de cada individualidade em relação à sua generidade humana.

Desse modo, fica evidente que necessidade e liberdade estão dialeticamente relacionadas, pois o grau de desenvolvimento econômico e social, além de garantir a simples manutenção da vida orgânica dos homens, libera tempo para que os indivíduos se desenvolvam em relação à humanidade, e, portanto, permite um grau e uma extensão de possibilidades e de alternativas em relação às suas escolhas junto às conquistas socialmente decantadas pelo gênero humano. Isso contribui para um maior desenvolvimento das personalidades.

No instante em que surge o excedente econômico, surge o tempo excedente, e conseqüentemente, um grau de liberdade no qual o homem “poderá” objetivamente desenvolver habilidades, conhecimentos e afetividades para além de sua luta diária pela sobrevivência. A qualidade do uso e a extensão dada aos indivíduos desse tempo livre socialmente liberado pela produção dependerão da forma, da direção, do grau e da lógica como se produz.

Sabemos que esse tempo gerado pelo excedente no processo de transição da comunidade primitiva para as civilizações foi restrito, pois mesmo não se limitando mais ao grau de escassez da comunidade primitiva, ocorriam, em dados momentos, crises de subprodução, ou seja, o grau de desenvolvimento das forças

produtivas não havia atingido ainda um nível que tornasse possível suprir as demandas e carências de toda a humanidade em seu conjunto. Apenas no capitalismo, com a Revolução Industrial do século XVIII, a humanidade alcança a possibilidade concreta de prover a todos uma condição de existência efetiva e igualitária.

Importante constatar que o caminho tomado pela humanidade em seu processo histórico de desenvolvimento deu-se por meio da exploração do homem pelo homem, do surgimento da luta de classes e de toda uma rede de complexos sociais necessários à manutenção da forma particular de exploração segundo seu modo de extração do sobretrabalho no interior de cada modo de produção. Cada conquista social e econômica em cada momento histórico foi primordialmente apropriada pela classe dominante como meio de riqueza e de exploração do trabalhador escravo, servo e assalariado, respectivamente.

Outro elemento importante a ser considerado é que os modos de produção anteriores ao capitalismo presente, como a Antiguidade clássica, as comunidades asiáticas e até mesmo o período do capital mercantil, sob o domínio do sistema de guildas, observando relevantes diferenças no modo de suas relações de produção, refreavam e limitavam um maior desenvolvimento das individualidades, dado o pouco desenvolvimento das forças produtivas desses períodos.

O capital já presente nesses sistemas produtivos sob a forma de capital mercantil e/ou usurário consistia num apêndice, em momentos periféricos, na totalidade econômica desses períodos. De modo geral, o valor de uso subordinava o valor de troca, e com isso o capital não se apresentava como o imperativo dominante e abrangente nas relações econômicas desses períodos.

Mészáros (2002, p. 606) explica que:

Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes

segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolham seu desenvolvimento. O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca e, portanto, poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela.

A disjunção entre necessidade e produção de riqueza apenas se fez presente no capitalismo, assim explica Mészáros, como um elemento “revolucionário” em relação às formas anteriores de produção. O valor de uso no capitalismo foi subordinado aos interesses e imperativos do valor de troca. E assim, uma produção voltada às necessidades de uso, a exemplo da comunidade antiga ou indiana, de um feudo, ou mesmo de um mercado consumidor restrito no qual o artesão era controlado por uma corporação de ofício, foi superada na transição do mundo feudal para o capitalismo industrial por uma lógica expansiva, acumulativa e sem limites do capital, no interior da sociabilidade capitalista.

No entanto, sabemos que o veículo dinamizador do capital no capitalismo advém de uma disjunção da produção de mercadoria em relação às efetivas necessidades humanas, e como consequência, da perda de controle sobre a ordem reprodutiva.

Marx (1988, p. 47) revela os efeitos da forma de produção do capital no capitalismo:

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e as formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o

caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Desse modo, fica explícito que a lógica da produção de riqueza no capitalismo carrega em si uma contradição insolúvel, pois elevou a capacidade produtiva a níveis antes impensáveis, no entanto, esse mesmo “desenvolvimento” foi realizado de forma alienada, desumanizada e destrutiva. A quantidade se impôs à qualidade; o tempo de trabalho abstrato configurado como uma gelatina sem diferenciação de um *quantum* de trabalho humano igual é o que se leva em conta na produção da riqueza capitalista. As diferenças concretas, fruto da produção do valor de uso expressas nas formas diversas e nos usos diversos de cada coisa útil, as habilidades e qualidades diferenciadas de cada individualidade desaparecem, e assim o capital no capitalismo torna-se um vampiro do tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria.

Marx (*apud* Mészáros, 2002, p. 615) nos permite visualizar tal questão:

Se mera quantidade do trabalho funciona como medida de valor sem qualquer consideração para com a qualidade, isto pressupõe que o trabalho simples se tornou o pivô da indústria. Pressupõe que o trabalho foi equalizado pela subordinação do homem à máquina ou pela extrema divisão do trabalho; que os homens são obliterados pelo seu trabalho, que o pêndulo do relógio se tornou uma medida tão acurada da atividade relativa de dois trabalhadores como o é da velocidade de duas locomotivas. Portanto, não devemos dizer que a hora de um homem vale a hora de outro homem, mas sim que um homem durante uma hora vale tanto quanto outro homem durante uma hora. Tempo é tudo, o homem é nada; ele é, na melhor

das hipóteses, carcaça do tempo. A qualidade não mais importa. A quantidade sozinha decide tudo; hora por hora, dia por dia.

Assim, no capitalismo o processo de produção se desenvolveu sem levar em conta a qualidade, o uso e a necessidade efetivamente humana, e nesse sentido se constituiu num retrocesso histórico em relação às formas anteriores de produção. Pois a desumanização do homem, a separação do sujeito produtivo de seus meios inorgânicos e orgânicos para a produção<sup>1</sup>, a supressão de suas qualidades e forças sociais na relação de produção junto à natureza para obtenção das mercadorias fez com que as coisas dominassem e se sobrepusessem ao ser que efetivamente produz. Ao remover a produção de riqueza sem que se levem em conta as necessidades humanas, retirou-se a condição do controle sobre o processo produtivo e, como consequência, desenvolveu-se uma produção sem limites, incontrolável e destrutiva em relação à humanidade e à natureza.

O que percebemos é que as formas anteriores ao capitalismo desenvolvido produziam tendo um limite real, segundo necessidades sociais específicas, determinando a produção de um *quantum* de produtos para um corpo social restrito a uma cidade-Estado como na Antiguidade grega clássica, ou mesmo a uma comunidade asiática restrita à sua unidade produtiva extensiva e intensivamente controlada, ou ainda, voltada para a subsistência de um feudo ou para a produção artesanal que, mediante o controle das corporações de ofício, atendia a um restrito mercado consumidor.

As formas diversas acima citadas impediram, cada uma ao seu modo, um maior desenvolvimento das forças produtivas de

---

<sup>1</sup> Marx *apud* Mészáros (2002, p. 608) diz: não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza, e, portanto, sua apropriação da natureza, que requer uma explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas antes a separação que está posta completamente apenas na relação entre trabalho assalariado e capital.

sua época, e não permitiram que as relações de produção se universalizassem, tornando o corpo social produtivo um todo orgânico universal. Assim, elas limitavam um maior desenvolvimento em extensão e profundidade das relações de produção, e com isso, dos indivíduos sociais junto ao gênero humano. As individualidades tinham à sua frente um desenvolvimento social e econômico restrito, já que as mediações sociais de cada individualidade eram pouco desenvolvidas, restringindo as reais possibilidades e alternativas para um maior desenvolvimento das personalidades, em conformidade com cada humanidade de cada época.

Por outro lado, no capitalismo o propulsor produtivo dinâmico é dado por e para uma lógica produtiva e criativa desumanizadora, na qual a extração da mais-valia, do trabalho excedente, daquilo que poderia libertar o homem para seu maior e efetivo desenvolvimento individual junto à sua humanidade, realiza-se justamente fazendo o contrário: o trabalhador, sujeito real da produção, torna-se mera carcaça do tempo e do uso para o acúmulo de riqueza do capital. E aí se coloca um dilema histórico para a humanidade.

Certamente, as correlações naturais originais não podem ser recriadas em um estágio muito mais avançado do desenvolvimento social, pois todo o sistema de necessidades humanas, junto com suas condições de satisfação, é radicalmente alterado no curso das transformações históricas. Enquanto permanece como um desafio aberto a questão da “unidade da humanidade ativa com as condições naturais inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza”, sua realização apenas é concebível no nível mais avançado de intercâmbio produtivo com ambas as dimensões da natureza. Deve abarcar a natureza “externa”, confrontando o ser humano natural (com suas múltiplas propriedades e forças adaptáveis, assim como suas resistências indomáveis), e a natureza “interior”, isto é, a “própria natureza da humanidade”, que se desenvolve historicamente (a qual inclui as condições inorgânicas, naturais, de intercâmbio humano com a natureza).

A restauração da unidade entre os homens e seus meios inorgânicos e orgânicos de produção e reprodução não poderá ser adquirida por meio de um retorno aos modos anteriores de produção do capital. As razões indicadas por Mészáros são esclarecedoras, pois as necessidades são, do mesmo modo que sua satisfação, sociais e historicamente determinadas, e por isso os modos anteriores de produção dos valores de uso não resolvem os problemas da realidade atual.

O ser social, hoje, é mundial; seu nível de desenvolvimento econômico e sua relação com a natureza externa e interna devem abarcar a complexidade e a extensão requeridas. Do mesmo modo, a resolução também não pode passar da forma e do modo como é produzido o valor de uso no interior da produção capitalista, pois, como vimos, o valor de uso no capitalismo é subordinado aos imperativos do lucro, por intermédio da valorização do capital.

Isto significa uma reconstituição qualitativamente diferente e produtivamente mais avançada da unidade, há muito perdida, entre as condições orgânicas e inorgânicas da existência humana. Este não é um desafio tecnológico, mas social, e dos mais elevados, já que implica o domínio consciente e a regulação em todos os aspectos benéfica às condições de interação criativa humana. Um processo que se desdobra em circunstâncias nas quais a reprodução social não mais é dominada pelo peso da escassez – primeiramente natural, mas, depois, cada vez mais causada pelos homens de forma paradoxal e assustadora. Ou seja, em circunstâncias em que o até o presente “domínio do homem sobre a natureza”, frágil e de muitas maneiras ilusório, não mais poderá ser realizado estritamente para o benefício da minoria no poder, ao preço do jugo da vasta maioria da humanidade às demandas alienantes da produção de mercadoria.

Faz-se, portanto imprescindível uma forma de unidade radicalmente nova entre os homens com a natureza, ou seja, da sociedade com suas condições inorgânicas e orgânicas de produção, com uma qualidade e uma produtividade que leve em

consideração, em todos os momentos da produção e reprodução da existência, um domínio consciente e livre dos produtores associados, estimulando formas criativas, sustentáveis e de igualdade entre os homens.

O modo capitalista de reprodução social não poderia estar mais distante desta determinação original de produção e propriedade. Sob o domínio do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como sua própria propriedade. Elas não mais são os pressupostos autoevidentes e socialmente salvaguardados do seu ser, nem os pressupostos naturais do seu eu como constitutivos da extensão externa de seu corpo. Ao contrário, elas agora pertencem a um ser estranho reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjeta aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizador de uma mera “condição material de produção”. O ter domina o ser em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos sujeitos produtivos é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho, à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. (MÉSZÁROS, 2002, p. 612).

Desse modo, o ser produtivo no capitalismo não pode de modo real considerar-se o sujeito real da produção, tampouco ser considerado como a verdadeira finalidade da produção. O homem constitui, nessa forma de produção, um mero fator material que, como qualquer outro custo, deve ter reduzida a sua participação em prol do acúmulo de riqueza nas mãos da classe dominante. As forças reais da sociedade são anuladas, tendo seu papel de protagonista negado e redirecionado como mero integrante geral da produção, como qualquer outro meio e instrumento de trabalho.



A questão que se coloca é: como tornar o ser humano a finalidade da produção? Responde Mészáros (2002, p. 613):

É por isso que, na visão de Marx, a diligência humana deve ser orientada para a riqueza da produção (isto é, a universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas etc. do indivíduo) e em direção a uma cada vez mais rica – mas, claro, não em um sentido estritamente material de riqueza – auto-reprodução dos indivíduos sociais como o fim-em-si-próprio conscientemente adotado.

E mais:

A produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades, ou os controla impondo a eles seus imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se pode escapar. Portanto, apenas a auto-realização por meio da riqueza de produção (e não pela produção de riqueza alienante e reificada), como a finalidade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade auto-reprodutiva do capital e suas consequências destrutivas. Isto significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas, assim como reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercâmbio social. (Mészáros, 2002, p. 613).

O controle consciente dos produtores livres e associados é condição essencial para alterar os rumos destrutivos que a sociedade atual globalmente vem sofrendo. Essa tarefa apenas pode ser o resultado de uma revolução radical no modo de produzir e reproduzir a vida. Não há como colocar essa demanda no interior da sociedade controlada pelo ímpeto produtivo do capital, tampouco, como vimos, retornar às formas anteriores anacrônicas à realidade atual. Nesse sentido, as tentativas feitas na sociedade atual direcionadas a ações parciais por meio de reformas políticas, culturais, religiosas, enfim, todas de cunho reformistas

provaram historicamente seu limite, e o pior, nem sequer arranharam as estruturas que produzem tal dinâmica.

Há uma reflexão de Mészáros (2002, p. 614) fundamental para nossa discussão:

Na verdade, uma vez que o sociometabolismo deixe para trás o estágio caracterizado pela satisfação das necessidades apenas em termos da mera necessidade de sobrevivência, uma avaliação estritamente quantitativa das melhorias na produção corrente se torna extremamente problemática, se não completamente sem sentido.

Há, ao mesmo tempo, um peso histórico de séculos de desenvolvimento voltado à produção generalizada de mercadorias, em que uma interação recíproca entre as novas necessidades que surgem e suas resoluções produtivas são essencialmente subordinadas pelo valor quantitativo; este subordina e determina as valorações qualitativas surgidas nesse processo de escolha do que ter e como ser e desenvolver-se de cada individualidade.

A questão é que na escassez não há a possibilidade objetiva do tempo livre, e assim, de uma relação rica das individualidades com seu desenvolvimento no tocante ao gênero humano. O aumento da produtividade está inseparavelmente articulado à expansão dialética das necessidades, como também às condições econômicas de sua satisfação. Portanto, o aspecto qualitativo da expansão produtiva está presente de maneira implícita na criação e na satisfação das novas necessidades já nos estágios mais primitivos da história humana. Torna-se cada vez mais consciente conforme a simples sobrevivência orgânica foi sendo paulatinamente superada graças ao aparecimento progressivo do excedente socialmente produzido.

Explicar que a apropriação se dá de forma iníqua, de modo injusto, desigual e por meio da exploração do homem pelo homem numa dada forma histórica, não elimina a condição da existência de escolhas valoradas por aspectos qualitativos inerentes à forma

do mundo objetivamente existente. Assim, no momento em que a humanidade ultrapassa a produção de bens de consumo e de produção para a mera sobrevivência orgânica, há um processo cada vez maior e mais amplo de escolhas no que diz respeito ao que produzir segundo aspectos qualitativos, não meramente quantitativos.

Necessidades historicamente determinadas, e consequentemente, perguntas e respostas em busca dos meios necessários para supri-las, com base em critérios qualitativos. O campo do útil e inútil, necessário e não necessário, para a reprodução da vida humana se coloca em patamares para além da simples sobrevivência orgânica, e por isso a valoração daquilo que é necessário e importante naquele determinado momento passa a ser fruto de escolhas com componentes qualitativos referentes a questões sociais e não meramente biológicos. Utilidades socialmente construídas por uma condição essencialmente social, e não apenas para a simples manutenção da vida orgânica: esse é o fundamento e o resultado de uma lei tendencial do próprio trabalho, de produzir mais que o necessário. E assim, de fazer surgir como possibilidade do desenvolvimento econômico dos homens a produção de novas necessidades e de novas capacidades para supri-las, e consequentemente, de escolhas entre alternativas cada vez mais complexas.

Como vimos, nos modos de produção anteriores ao capitalismo o valor de uso orientava a produção. A título de exemplo, na Grécia antiga a produção tinha como elemento fundamental a formação dirigida à garantia do melhor cidadão. Era evidente que isso ocorria para um número reduzido da população livre, sendo impossível estender ao escravo essa mesma condição de desenvolvimento junto ao gênero humano. O escravo naquele momento, e nessa forma de produção e reprodução da vida, encontrava-se fora do gênero humano livre e assim constituía-se em simples instrumento de produção, comparado a qualquer animal ou instrumento de trabalho.

O mesmo caberia às comunidades indianas, aos feudos e às formas mercantis anteriores à Revolução Industrial do capitalismo moderno. Todas elas, de maneira implícita, expunham um grau de escolha qualitativa na produção de seu excedente. Contudo, sua forma de relações de produção e o nível de seu desenvolvimento das forças produtivas obstaculizavam a universalização do desenvolvimento das individualidades. Foi apenas no capitalismo industrial que surgiu um grau de desenvolvimento da capacidade produtiva capaz de libertar o homem da exploração; no entanto, o capitalismo cria apenas a possibilidade objetiva para isso, pois em seu interior esse desenvolvimento apenas foi possível por meio da separação entre produção de riqueza e necessidade efetivamente humana. E como vimos, esse processo produtivo torna-se destrutivo, sendo impossível surgir desse sistema um controle social que interrompa e redirecione tal imperativo.

Assim, percebemos que o tempo livre fruto de um desenvolvimento histórico do homem em relação à transformação da natureza em bens de consumo e de meios de produção para a manutenção de suas vidas até o momento não se constituiu em condição favorável para o desenvolvimento positivo das individualidades em seu conjunto, já que foi sempre realizado de maneira limitada e restrita. Tanto se limitava a um conjunto restrito de uma classe ou grupo dominante, como, ao mesmo tempo, limitava-se a um gênero humano reduzido, no caso das formas anteriores ao capitalismo. No caso atual, sobre a dominação do capital no capitalismo, vive-se uma contradição, pois há a possibilidade real de se ter uma relação rica entre as individualidades com seu gênero efetivamente mundial, ao tempo que há a possibilidade do fim de toda ordem de exploração e de desigualdade entre os homens; entretanto, isso só é possível por intermédio de uma mudança radical na forma de produzir e reproduzir a vida para além dessa ordem.

O capital é, de longe, o mais poderoso regulador espontâneo da produção conhecido pela humanidade até o presente e não pode ser substituído por um vácuo socioeconômico. A dominação

do capital sobre a sociedade só pode ser superada por uma ordem reprodutiva materialmente sensata e humanamente gratificante que assuma todas as funções metabólicas vitais deste modo de controle sem suas contradições.

A produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades, ou os controla impondo a eles seus próprios imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se pode escapar. Portanto, apenas a auto-realização por meio da riqueza de produção e não pela produção de riqueza alienante e reificada, como a finalidade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade auto-reprodutiva do capital e suas consequências destrutivas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 613).

Essa forma de produção e reprodução permitirá a realização e o desenvolvimento de todas as capacidades e potencialidades criativas dos homens. Objetivamente, os homens adquirirão e desenvolverão suas forças sociais em direção às suas reais necessidades. As qualidades dessa relação serão direcionadas ao maior, mais amplo e diversificado desenvolvimento das personalidades junto ao gênero humano.

É aqui que as limitações intrínsecas dos princípios orientadores capitalistas de produção vêm à tona. A crise que se aprofunda no sistema estabelecido não pode ser resolvida em termos de simples expansão da produção de riqueza, já que em sua estrutura riqueza se iguala a mais-valia, e não a produção de valor de uso pela aplicação criativa do tempo disponível. Ao mesmo tempo, o potencial libertador da produtividade crescente é dissipado e nulificado pelo crescimento cancerígeno dos falsos custos de controle e serviço da dimensão exploradora. (MÉSZÁROS, 2002, p. 619).

Na forma de produção de riqueza capitalista, ou noutra qualquer em que haja o capital a operar em seu interior, não há

como tornar o tempo disponível em tempo livre para a realização dos indivíduos em suas várias e diversas potencialidades, mas apenas destruir as diferenças por um tipo de produção regido pelo valor de troca que a tudo iguala e homogeneiza em tempo de trabalho socialmente necessário à produção e valorização do valor. Por outro lado, numa sociedade livre da exploração do homem pelo homem, ou seja, sem classes sociais e todos os seus complexos sociais improdutivos e parasitários, teremos, como Marx indica, o uso não mais determinado pelo mínimo tempo de produção, mas o tempo de produção social de qualquer artigo determinado pelo grau de sua utilidade para a humanidade.

Um ponto fundamental nessa necessidade da revolução como forma de libertar as potencialidades objetivas produzidas pelo ser social em direção ao seu livre desenvolvimento é afirmar que o sujeito fundamental dessa tarefa histórica é o proletariado. Isso se explica de maneira simples, pois não há como alterar radicalmente a forma de produção e reprodução sem que se alterem as premissas práticas fundamentais na garantia das necessidades dos homens. Apenas o trabalho, e por isso, seu sujeito fundamental, o operário, produz os bens de consumo e os meios de produção imprescindíveis à manutenção e à garantia da existência da humanidade.

Marx, num texto escrito em final de 1843 e janeiro de 1844, indica essa centralidade do proletário em relação à emancipação humana, diferentemente da emancipação política, que é sempre parcial e restrita aos marcos do sistema do capital. O referido autor, ao questionar onde se encontra a possibilidade da emancipação humana na Alemanha de sua época, diz:

[...] na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal

particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a perda total da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado. (MARX, 2005, p. 156).

Nesse sentido, a classe operária é o único produtor do *quantum* material de que os demais indivíduos dependem, e assim, concentra-se no operário a base da exploração social, como a base da libertação de toda forma de opressão social. Isso não quer dizer que o operário seja o único sujeito da revolução, mas o fundamental, e que todas as demais categorias de trabalhadores e intelectuais, indivíduos ou grupos que se alinhem nesse objetivo devem ser capitaneados por esse sujeito.

Demonstraremos a seguir as formas e os sentidos que a vida toma em larga medida para os indivíduos, e conseqüentemente, para uma parcela importante dos trabalhadores nos marcos do capitalismo. Indicaremos esse processo em dois grandes momentos históricos: primeiramente, após a crise de 1929, quando revelaremos seus desdobramentos objetivos e subjetivos indicados por Lukács; e noutro capítulo, trataremos da crise estrutural de 1970, que se torna endêmica e persiste até os dias atuais. Delinaremos os efeitos mais gerais e essenciais produzidos pelo movimento da totalidade social sobre aquilo que confere significado à vida dos indivíduos em seu cotidiano.





## 4. O SENTIDO DA VIDA SOB O LABIRINTO DA MANIPULAÇÃO DO CONSUMO

EU, ETIQUETA

Em minha calça está grudado um nome  
que não é meu de batismo ou de cartório,  
um nome... estranho.

Meu blusão traz lembrete de bebida  
que jamais pus na boca, nesta vida.

Em minha camiseta, a marca de cigarro  
que não fumo, até hoje não fumei.

Minhas meias falam de produto  
que nunca experimentei  
mas são comunicados a meus pés.

Meu tênis é proclama colorido  
de alguma coisa não provada  
por este provador de longa idade.

Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,  
minha gravata e cinto e escova e pente,

meu copo, minha xícara,  
minha toalha de banho e sabonete,  
meu isso, meu aquilo,

desde a cabeça ao bico dos sapatos,  
são mensagens,

letras falantes,  
gritos visuais,

ordens de uso, abuso, reincidência,  
costume, hábito, premência,  
indispensabilidade,

e fazem de mim homem-anúncio itinerante,  
escravo da matéria anunciada.

Estou, estou na moda.

É duro andar na moda, ainda que a moda  
seja negar minha identidade,

trocá-la por mil, açambarcando  
todas as marcas registradas,

todos os logotipos do mercado.

Com que inocência demito-me de ser  
eu que antes era e me sabia

tão diverso de outros, tão mim mesmo,  
ser pensante, sentinte e solidário

com outros seres diversos e conscientes

de sua humana, invencível condição.  
Agora sou anúncio,  
ora vulgar ora bizarro,  
em língua nacional ou em qualquer língua  
(qualquer, principalmente).  
E nisto me comparo, tiro glória  
de minha anulação.  
Não sou – vê lá – anúncio contratado.  
Eu é que mimosamente pago  
para anunciar, para vender  
em bares festas praias pérgulas piscinas,  
e bem à vista exibo esta etiqueta  
global no corpo que desiste  
de ser veste e sandália de uma essência  
tão viva, independente,  
que moda ou suborno algum a compromete.  
Onde terei jogado fora  
meu gosto e capacidade de escolher,  
minhas idiossincrasias tão pessoais,  
tão minhas que no rosto se espelhavam  
e cada gesto, cada olhar,  
cada vinco da roupa  
sou gravado de forma universal,  
saio da estampanaria, não de casa,  
da vitrine me tiram, recolocam,  
objeto pulsante mas objeto  
que se oferece como signo de outros  
objetos estáticos, tarifados.  
Por me ostentar assim, tão orgulhoso  
de ser não eu, mas artigo industrial,  
peço que meu nome retifiquem.  
Já não me convém o título de homem.  
Meu nome novo é coisa.  
Eu sou a coisa, coisa mente.

Carlos Drummond de Andrade

Lukács explica que após a crise do capital de 1929 há um processo de expansão e ampliação da esfera do consumo pela lógica do capital. Os espaços domésticos, os serviços, o âmbito das eleições, o lazer, a religião, a arte, enfim, todos os lugares e setores da vida cotidiana são paulatinamente invadidos pelo consumo e, conseqüentemente, há um processo de desenvolvimento paralelo

de mecanismos manipuladores dos desejos, das necessidades, das fantasias e das consciências para um estilo de vida que se situa nos limites, e no horizonte de uma vida burguesa.

Ora, nos oitenta anos seguintes, o consumo inteiro foi absorvido pelo processo capitalista. Não falo somente da indústria de sapatos, confecções, etc. É muito interessante o fato de que com todas essas geladeiras, máquinas de lavar, etc., até mesmo o âmbito doméstico começa a ser dominado pela indústria. Mesmo o setor dos assim chamados serviços torna-se parte da grande indústria capitalista. (LUKÁCS, 2014, p. 65).

Diferentemente, no tempo de Marx, a produção industrial era ainda direcionada a um restrito mercado consumidor. Assim, a partir da primeira metade do século XX, a grande indústria produz inimaginavelmente mais que no século XIX, ou no início da industrialização no século XVIII. O capital põe em funcionamento no século XX uma enorme capacidade produtiva e, conseqüentemente, surge um produto destinado a um consumo de massa. Torna-se, assim, imprescindível o surgimento de processos manipuladores que direcionem os desejos e as necessidades, e por que não dizer, o *sentido da vida* aos imperativos do consumo capitalista nas suas variadas formas.

Lukács revela que “um desenvolvimento objetivo não pode deixar, a longo prazo, de ter conseqüências subjetivas”, que podem pôr em movimento implicações econômicas, políticas e ideológicas inesperadas. Com efeito, há nesse mesmo período, no interior da classe trabalhadora ou principalmente no setor de suas lideranças (denominado por Lenin como a aristocracia operária), o desenvolvimento de um fenômeno provocado pela ampliação do uso da mais-valia relativa no setor produtivo. Assegura-se por meio da mais-valia relativa a possibilidade do aumento da exploração da classe trabalhadora junto a um aumento do nível de vida de uma determinada parcela deste, sem que a jornada de trabalho necessariamente seja alterada. Dessa maneira, intensifica-se a exploração do trabalhador pela maior utilização da mais-valia

relativa, aliada e combinada à manutenção da exploração por meio da mais-valia absoluta, sobretudo nos países atrasados<sup>2</sup>. Em alguns lugares e setores, o capital pôde unir, de um lado, maior exploração e, de outro, cooptação e direcionamento do horizonte da vida desses trabalhadores aos “limites de vida dados” pelo mercado consumidor do sistema do capital.

A mais-valia absoluta não morreu, simplesmente não desempenha mais o papel dominante; aquele papel que desempenhava quando Marx escrevia os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Ora, o que daí decorre? Que um novo problema surge no horizonte dos trabalhadores, isto é, o problema de uma vida plena de sentido. A luta de classes no tempo da mais-valia absoluta estava voltada para a criação das condições objetivas indispensáveis a uma vida deste gênero. Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência. (LUKÁCS, 2014, p. 67).

O *sentido da vida* para parte importante da classe trabalhadora, nesse momento, transforma-se predominantemente na conquista ou no desejo de usufruir da superabundância da produção capitalista por meio do consumo. Enquanto na época da utilização da mais-valia absoluta a bandeira de luta para a classe trabalhadora se configurava na conquista pela diminuição e no estabelecimento

---

<sup>2</sup> Manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e “superdesenvolvido” do capital “avançado” (o qual depende necessariamente da continuidade da dominação de um “vasto território” de subdesenvolvimento forçado) e, ao mesmo tempo, impelir o “Terceiro Mundo” a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental “avançado”, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida) (MÉSZÁROS, 2002, p. 810).

da jornada de trabalho para 12 horas, hoje, sob a perspectiva social da manipulação e do consumo, é negada toda e qualquer alternativa que não se ajuste aos ditames do capital, que não contribua para naturalizar e eternizar o sistema social vigente, unificando as consciências em direção ao sonho de se ter e de se poder viver em situação de “abundância”. Esquece-se que o trabalho alienado e abstrato capitalista é a base produtiva desse “sonho” de se encontrar a consumir ou não o mundo das mercadorias, e a alardeada “liberdade” limita-se ao sujeito que pode adquirir e usufruir os “prazeres” do mercado, mesmo que a realidade efetiva demonstre que esse dito “paraíso” foi ou é para poucos. Assim, a superabundância é estimulada socialmente como um fim em si mesmo. Lukács coloca duas questões: a primeira é como fazer uma crítica profunda em relação a essas novas formas de alienação que recaem sobre a classe trabalhadora; e a segunda é de que maneira a teoria poderia contribuir em relação às formas de resistência revolucionária contra essas alienações.

Em relação à primeira questão, Lukács indica a necessidade de um retorno a Marx, tanto o da juventude quanto o da maturidade. O autor explica que a partir dos fundamentos elaborados por Marx, pode-se conferir um tratamento ontológico à categoria da alienação, compreender os elementos essenciais desse fenômeno na atualidade, e assim, através desses pressupostos, analisar e desvelar os traços das formas diversas como a alienação se apresenta na cotidianidade.

Noutro momento, Lukács sugere mais elementos sobre essa questão:

Se tomarmos não o marxismo vulgar, mas o verdadeiro marxismo, o marxismo de Marx, podemos encontrar lá todos os elementos necessários para combater essas novas formas de alienação. Penso na famosa passagem de Marx no terceiro volume de *O Capital*, sobre o reino da liberdade e sobre o reino da necessidade. É muito importante a afirmação de Marx segundo a qual o trabalho permanece sempre, necessariamente, no

reino da necessidade, mas é também importante que ele acrescente outra afirmação, segundo a qual o desenvolvimento do socialismo intervém precisamente para dar formas humanamente adequadas ao trabalho e ao desenvolvimento da humanidade. (2014, p. 68).

Da Revolução Industrial aos dias atuais, é inegável a enorme capacidade produtiva “disponível” para a humanidade estimulada pela lógica do capital. As crises que emergiram desde a industrialização são diferentes de todas as crises anteriores da humanidade, pois enquanto antes a subprodução era uma constante, no sistema capitalista a superprodução, ou seja, o excesso de produção, é a sua tônica. Contudo, na sociabilidade do capital, o tempo de trabalho é direcionado à extração de mais-valia, para a obtenção do lucro nas mãos de poucos. A história das lutas do trabalho contra o capital tem, de algum modo, segundo Lukács, abandonado o problema central da luta, que seria a transformação do tempo livre em *otium*. Ou seja, transformar e direcionar, de modo igual e planejado socialmente, o tempo livre/disponível em favor do desenvolvimento livre e diverso das capacidades, habilidades e da afetividade humana no maior grau possível de humanidade para a totalidade dos indivíduos.

O capital é uma relação social que em sua dinâmica domina todos que participam dela. Lukács esclarece que tanto o trabalhador como o próprio burguês perdem, nesse processo, a possibilidade de construir uma vida plena de sentido.

Além disso, trata-se verdadeiramente de um processo que não tem mais como único ponto de referência a classe operária; sob este aspecto, ou seja, quanto à mais-valia relativa e à manipulação, mesmo a camada intelectual e toda a burguesia estão igualmente sujeitas ao capitalismo e às suas manipulações, não menos do que a classe operária. Trata-se de despertar a verdadeira autonomia da personalidade, e para isso o desenvolvimento econômico realizado até o presente momento criou as condições necessárias. De fato, não há

dúvida de que a quantidade de trabalho necessário para a reprodução física do homem deve diminuir constantemente, o que significa que para todos os homens pode ser encontrado o espaço necessário a uma existência socialmente humana. (LUKÁCS, 2014, p. 70).

Ou seja, o tempo livre e sua qualidade estão substancialmente relacionados à relação entre o *reino da necessidade* e o *reino da liberdade*, ressaltados por Marx. A base real de uma liberdade efetiva e sua qualidade intensiva e extensiva são parte do processo de desenvolvimento das forças produtivas. Sobre essa base objetiva desenvolvida, há um campo de possibilidades abertas pelo mundo dos homens, a forma e o tipo de trabalho e das relações de produção poderão, no final, possibilitar ou refrear o maior desenvolvimento das individualidades em relação ao seu gênero. O processo de autoconstrução humana tem sua base no atendimento das necessidades humanas essenciais e, conseqüentemente, na forma e no fim para os quais as relações de produção se dirigem. Pode, enfim, liberar para as individualidades o tempo livre socialmente conquistado para o usufruto de todos os demais complexos sociais existentes, o que é primordial na formação de uma personalidade rica e diversificada.

Recorrendo mais uma vez ao caso particular da Grécia antiga, Lukács afirma que, de maneira economicamente limitada, em Atenas mais precisamente, liberada do trabalho por intermédio da exploração do escravo, a classe cidadã dominante pôde desenvolver-se culturalmente e tornar-se a maior cultura da Antiguidade. Na sociedade atual, segundo Lukács:

As lutas anteriores pelo tempo livre conseguiram obter tão somente um horário que só de modo precário permitia uma vida efetivamente humana para o trabalhador. Trata-se, hoje, de muito mais. Da redução do horário de trabalho deriva um espaço no qual o tempo livre pode ser transformado em *otium*. O capitalismo moderno, entretanto, faz tudo para impedi-lo. Não em bases ideológicas, mas simplesmente porque o comércio

manipulado da indústria dos bens de consumo está ligado, necessariamente, a uma ideologia conformista do desfrute. Daqui nascem, na minha opinião, problemas completamente novos, que surgem da estrutura econômica mundial não apenas em sentido imediato. Pelo contrário, são eles uma indicação da necessidade da passagem ao socialismo e representam algo novo do desenvolvimento histórico. (2014, p. 97).

A redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos bens de consumo e meios de produção, numa palavra, no cumprimento e garantia do reino da necessidade, abre uma questão central para Lukács na luta contra o capital: o que se pode, e se deve fazer, em relação ao usufruto dos indivíduos desse tempo livre/disponível socialmente adquirido? No sistema do capital, o tempo é condição essencial de produção e acumulação de valor e, assim, o capital é um sistema social que suga o tempo social dos indivíduos e o direciona para os seus interesses. Se observarmos, mesmo aquele tempo dito “livre” de cada trabalhador – isso quando ainda existe – é subsumido aos imperativos desse sistema sob a forma do lazer comercialmente adquirido, pois seu usufruto se dá na forma de um consumo subordinado às necessidades reprodutivas do sistema; a centralidade desse usufruto não é o maior desenvolvimento da personalidade humana, mas sim o maior acúmulo de riqueza por parte dos vários setores diretos e indiretos que exploram o mercado do lazer.

Essa questão não é um problema meramente subjetivo em que um ato de vontade, ou de uma escolha individual, determina, em última instância, um caminho mais amplo ou rebaixado para o desenvolvimento de cada individualidade. É uma questão que se coloca diretamente em contradição com a forma econômica e social das relações de produção do capital, pois a posse do tempo livre e seu redirecionamento a um patamar superior de humanidade passa pelo controle social e consciente da produção e reprodução da vida, algo impossível sob a lógica da ordem atual.



O modo historicamente único de reprodução sociometabólica do capital degrada o tempo porque a determinação objetiva mais fundamental de sua forma própria de intercâmbio humano é a condução irreprimível à contínua autoexpansão, definida pelas características intrínsecas a esse modo de intercâmbio societário como a necessária expansão do capital, alcançada na sociedade de troca apenas por meio da exploração do tempo de trabalho. O capital, portanto, deve tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorado ao máximo e ao correspondente tempo de trabalho.

Essa lógica produtiva e reprodutiva deve afirmar-se cotidianamente, anulando todas as alternativas de valor e de significados possíveis que contrariem tal determinação objetiva. As potencialidades e, conseqüentemente, as alternativas socialmente possíveis de desenvolvimento humano contrárias a essa lógica do capital devem ser escamoteadas, negligenciadas e apagadas por meio do eterno presente do capital. Sua dinâmica alienada, sem controle e sem que se levem em conta as necessidades efetivamente humanas, gera uma condição de naturalização das relações historicamente produzidas dessa forma social e econômica. E assim, sob o ponto de vista de que a essência humana egoísta do capitalismo representa a essência eterna e única da humanidade, ao se olhar para o passado, para o presente e para o futuro, vê-se o capitalismo em todas as épocas da história do homem.

A própria idéia de “fazer história” é descartada com franco desdém por todos aqueles que podem ainda aceitá-la, uma vez que a única história que deve ser contemplada é aquela já feita, a qual deve permanecer conosco até o fim dos tempos. (MÉSZÁROS, 2007, p. 46).

Assim, a possibilidade de se entender e de se fazer a história é anulada, impondo à forma da sociabilidade atual a sociabilidade dominada pelo capital, com um amplo desconhecimento e

desprezo pela história, tendo como efeito um profundo irracionalismo e um abandono da perspectiva ontológica que possibilita revelar o real em sua essência.

As questões discutidas acima apenas se agravam e tomam proporções mais profundas e ampliadas, atingindo seus limites absolutos de destrutividade em meados da segunda metade do século XX. De acordo com Mészáros, a partir de 1970 o sistema do capital é acometido por uma crise estrutural.

Essa crise aprofunda os limites e as contradições internas do sistema, tornando-o um tipo de produção que, ao produzir, destrói a vida humana e a de toda a Terra. O que no início do desenvolvimento do capitalismo, e até antes da crise estrutural do capital, parecia nos ter munido de uma “infinidade de tempo” em relação ao enfrentamento dos sérios efeitos destrutivos da forma produtiva atual, deixou o tempo cada vez mais escasso.

Demonstraremos a seguir a particularidade da crise estrutural atual em relação às crises anteriores, denominadas de crises cíclicas do capital, revelando os aspectos de continuidade e descontinuidade entre elas.

## 5. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS DESTRUTIVAS PARA A HUMANIDADE

Rosa de Hiroshima

Pensem nas crianças  
Mudas telepáticas  
Pensem nas meninas  
Cegas inexatas  
Pensem nas mulheres  
Rotas alteradas  
Pensem nas feridas  
Como rosas cálidas  
Mas, oh, não se esqueçam  
Da rosa da rosa  
Da rosa de Hiroshima  
A rosa hereditária  
A rosa radioativa  
Estúpida e inválida  
A rosa com cirrose  
A anti-rosa atômica  
Sem cor, sem perfume  
Sem rosa, sem nada.

Vinícius de Moraes

A história do capitalismo é, também, a história de crises e perturbações sociais, pois sua produção destituída de um controle voltado às necessidades humanas transforma o sistema sociometabólico do capital no mais dinâmico e expansivo produtor de riqueza. Na formação desse sistema, em meados do século XVII e na primeira metade do século XVIII, as crises que ocorreram nesse período tinham um caráter de subprodução, ou seja, a economia ainda pré-capitalista tinha o seu foco produtivo no setor agrícola e, no caso de uma catástrofe natural (geadas, secas, pragas e epidemias), a pequena produção agrícola era afetada, resultando assim em privações e misérias generalizadas a toda a população. Porém, com a evolução e o desenvolvimento

das forças produtivas, as perturbações sociais e econômicas que atingiram o capital a partir de 1870 não eram mais provocadas por penúrias alimentares, senão pela superprodução industrial do capital moderno.

Marx, ao analisar o sistema capitalista e suas contradições, revela em seus escritos uma preocupação em compreender a especificidade da lógica desse sistema e de suas contradições:

[...] a sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a produção contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que ao se repetirem periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados como também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea [...]. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios para evitá-las (MARX, 1982, p. 11-12).

Como vemos, para Marx, as crises no capital não se mostravam como uma exceção, porém como uma regra

determinante do seu modo de movimentar-se em direção a sua autorreprodução. Há, no sistema do capital, um desenvolvimento irrestrito para a produção de mercadoria, sendo necessária sua realização em capital dinheiro pelo consumo. Essa realização é refreada pela existência de uma classe trabalhadora, que mesmo produzindo a riqueza material do capital, vê-se impedida de consumir os bens lançados na circulação, já que seu salário apenas permite sua reprodução como força física de trabalho.

O capital se move por uma lógica acumulativa contra o custo do trabalho na produção, investindo em tecnologia e em novas formas de organização do trabalho, a fim de diminuir a presença do trabalho vivo. Esse movimento amplia e intensifica o exército de reserva e a degradação das condições de vida dos trabalhadores, diminuindo seu poder de consumo e, como consequência, gerando um aprofundamento da crise de superprodução. Demonstra-se, assim, a condição ineliminável do sistema do capital em conviver constantemente com crises em seu modo de existir.

Mészáros afirma que não há nada especial em associar-se capital à crise, pois

crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação (MÉSZÁROS, 2002, p. 795).

O dinamismo avassalador do capital, sempre movido para a expansão e a acumulação de riqueza através da extração de mais-valia apresenta-se historicamente como a primeira forma de organização societal que carregava a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas a um nível nunca antes imaginável. O capital, impulsionado por seu poder expansivo e totalizador, proporcionou a possibilidade de um desprendimento das limitações produtivas autossuficientes existentes nos modos de produção anteriores e especificamente no feudalismo.

O capital, diz Mészáros,

é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência (2002, p. 97).

Pois esse sistema mostra-se

[...] mais dinâmico que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão. (MÉSZÁROS, 2002, p. 97).

As relações produtivas do capital proporcionaram, inicialmente, um poder revolucionário em relação às unidades produtivas autossuficientes do feudalismo. Enquanto o sistema feudal era regido por uma produção lenta e limitada às necessidades restritas ao valor de uso, o capitalismo, ao contrário, ao subordinar o valor de uso ao valor de troca, introduziu uma dinâmica produtiva voltada ao acúmulo de riqueza, sempre direcionada à ampliação e à concentração do lucro nas mãos de poucos. Marx já demonstrava, em sua época, e Mészáros reitera na contemporaneidade, a força destrutiva do capital e suas consequências sobre a reprodução de toda a vida humana.

A perda do controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social ocorre a partir dos imperativos determinantes do capital, que são voltados incontrolavelmente para um movimento acumulativo e explorador sempre em expansão.

A falta de unidade do conjunto social produtivo do capital atinge o momento da produção, do consumo e da distribuição. Essa incontrolabilidade, nos termos de Mészáros, ocasionada pela estruturação da produção em microcosmos radicalmente fragmentados e antagônicos, mostra-se incapaz de ordenação

global por um sujeito que não seja voltado para a lógica autorreprodutiva desse sistema. As personificações do capital representadas pelos diretores, gerentes, empresários de fábricas estatais e/ou privadas, como também os próprios trabalhadores (de forma qualitativamente diferente), mostram-se incapazes de deter o controle do conjunto do sistema do capital.

Mészáros (2002, p. 98), ao se dirigir aos capitalistas, diz que “Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as conseqüências e perder o negócio”. Todos precisam obedecer aos imperativos das relações de produção capitalista, pois o trabalhador sem emprego morrerá, e o capitalista fracassado se transformará em trabalhador e, para sobreviver, precisará vender todos os dias a sua vida ao capital.

Diante dessa incontrolabilidade do capital, a presença do Estado revela-se como um poder essencial nessa ordenação global do capital. O Estado é fundamental para a viabilidade do conjunto das relações produtivas, pois através de sua ação corretiva assume um papel de agente político totalizador e estruturador das condições legais e normativas, necessárias à eficiência dessa produção. Isso é possível, conforme Mészáros, “até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital” (2002, p. 107).

O Estado, como instrumento essencial na opressão de classe e manutenção desse sistema, irá, em relação à perda do controle na produção, no consumo e na circulação, estruturar um corpo jurídico/legal/político que, em conjunto com a estrutura ideológica desse sistema, sanciona e protege a propriedade privada.

O capital deve manter, para a sua contínua autorreprodução, “o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente, que constitui sua *raison d'être* histórica e seu modo real de funcionamento” (MÉSZÁROS, 2002, p. 103). É nesse caminho que essa forma de sociabilidade deve ser regida, e os obstáculos

dessa íntima necessidade devem ser desviados (nunca superados) para a continuidade desse sistema.

Marx, 140 anos atrás, apontava a influência civilizatória do capital, por certo que a um alto preço, sobre a alienação desumanizadora do trabalho humano. O capitalismo construiu historicamente a possibilidade concreta do desenvolvimento das forças produtivas a um nível antes nunca imaginável. Por meio desse desenvolvimento econômico historicamente realizado pelo capital, é possível concretamente produzir os bens necessários à manutenção em farta medida da vida humana em todo o planeta. De acordo com o autor:

Pela primeira vez, a natureza se torna puramente um objeto para a humanidade, puramente uma questão de utilidade; cessa de ser reconhecida como um poder em si mesmo; e a descoberta de suas leis autônomas aparece apenas como um ardil para submetê-las às necessidades humanas, como um objeto de consumo ou como meio de produção. De acordo com esta tendência, o capital ultrapassa as barreiras e os preconceitos nacionais, a adoração da natureza, assim como também todas as satisfações tradicionais, limitadas, complacentes, embutidas, das necessidades presentes e as reproduções dos velhos modos de vida. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Em meados de 1970, o capital encontra limites estruturais intrínsecos à autorreprodução de sua ordem social e ingressa, motivado por uma crise estrutural, numa fase de produção destrutiva, na qual os homens e a natureza são ameaçados.

Mészáros (2002, p. 800) anota que “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria auto-reprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve subordinar-se absolutamente”. A impiedosa lógica interna da autorreprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas. A disjunção entre produção e necessidade é a principal característica da produção no capital, que é orientada



para a geração de riqueza e para a obtenção do lucro, a partir da subordinação das carências humanas ao valor de troca. As necessidades humanas servem de meio à autorreprodução ampliada do capital. Assim,

[...] para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Essa característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolham seu desenvolvimento. O capital está orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca. (MÉSZÁROS, 2002, p. 606).

A destrutividade do capital coloca em questão a necessidade de pensarmos e compreendermos a natureza desse sistema e sua *causa sui*, pois o capital só pode tratar de forma mistificadora os efeitos do seu sistema, tentando amenizar, deslocar e adequar tudo e todos a seus imperativos desumanizadores. Essa forma de agir sobre suas crises, sempre recorrente, leva ao aprofundamento de suas contradições, intensificando seus efeitos nocivos para a humanidade.

As crises anteriores à década de 70 do século passado foram todas de alguma forma consideradas como crises cíclicas, umas mais lentas, outras mais longas, algumas mais profundas e com efeitos em alguns setores, outras de menor gravidade, mas todas com a possibilidade de serem neutralizadas, assimiladas ou até mesmo anuladas por formas remediadoras encontradas pelo capital em direção à sua autoexpansão. Quando a crise afeta apenas uma das três dimensões (produção, consumo e circulação) produtivas do capital, é possível transferir o problema parcial para as outras dimensões não afetadas, articulando-as e superando os obstáculos postos.

Uma crise cíclica impulsiona o capital na elaboração de medidas reformistas aos seus efeitos mais imediatos, readquirindo e proporcionando o restabelecimento da expansão e acumulação

em níveis crescentes. As possibilidades de desviar-se das contradições advindas de uma crise no sistema do capital só existem se a crise for cíclica.

Como já foi dito em momento anterior, é da natureza do capital a existência de crises, pois é por meio delas que o capital prospera para além daquele momento de produção, visto que seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Numa crise cíclica há um estímulo ao desenvolvimento e ampliação do poder do capital em relação ao seu imperativo para a expansão e acumulação de riqueza. Novas formas de imperialismo, controle monetário e político, organização produtiva e expansão por meio de guerras localizadas e/ou generalizadas, como, por exemplo, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, que abrem possibilidades de acumulação e expansão de riqueza para os países avançados.

Mészáros (2002) explicita as transformações advindas por meio da crise de 1929-33, que potencializaram o desenvolvimento interno e externo de alguns países desenvolvidos do mundo do capital, sob o controle hegemônico dos Estados Unidos.

De acordo com Mészáros (2002, p. 806), externamente isto significou:

1. Uma mudança dramática do imperialismo multacentrado, ultrapassado, militar e político perdulariamente intervencionista para um sistema de dominação global que, sob a hegemonia norte-americana, se torna mais dinâmica e economicamente viável e integrado;

2. O estabelecimento do Sistema Monetário Internacional e de vários outros órgãos importantes de regulamentação das relações intercapitais incomparavelmente mais racionais [...];
3. A exportação de capital em grande escala (e com ela a perpetuação mais efetiva da dependência e do “subdesenvolvimento” imposto) e o repatriamento seguro, em escala astronômica, de taxas de lucro totalmente inimagináveis nos países de origem [...];
4. Incorporação relativa, em graus variados, das economias de todas as sociedades pós-capitalistas.

Por outro lado, interiormente:

1. [...] intervenção estatal para a expansão do capital privado; transferência de indústrias privadas falidas, mas essenciais, para o setor público, e a sua utilização para novamente apoiar, através dos fundos estatais, as operações do capital privado [...];
2. [...] economia de pleno emprego durante a guerra e por um período considerável depois dela;
3. Larga abertura de novos mercados e ramos de produção no plano da “economia de consumo” [...];
4. [...] estabelecimento de um imenso “complexo industrial/militar” como controlador e beneficiário direto da fração mais importante da intervenção estatal [...].

As décadas anteriores à crise estrutural, por mais que tenham sido sentidas como um momento de depressão profunda e devastadora, principalmente em seu período inicial em 1929, após a segunda Guerra Mundial tornaram-se, como vimos, uma oportunidade para que o capital mantivesse (mesmo que temporariamente) a autoexpansão ampliada das taxas de lucro.

A partir de 1970 a forma da crise que se abate sobre a autorreprodução do sistema afeta de modo mais profundo todas as esferas do sistema do capital, pois tanto a produção quanto a circulação e o consumo sofrem um refreamento em sua dinâmica expansiva e acumulativa.

Mészáros (2002) assinala, de forma bastante elucidativa, as principais características da crise estrutural do capitalismo atual:

1. Seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular [...];
2. Seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
3. Sua escala de tempo é extensiva, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
4. Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...].

Uma crise estrutural atinge todo o sistema do capital; por isso, medidas que desloquem essas barreiras de forma parcial, por meio de ações políticas, econômicas e sociais, se tornam inviáveis. Pois, como explica Mészáros:

Uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo. [...] Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global. Os limites imediatos podem ser ampliados. [...] Em outras palavras, contradições parciais e disfunções, ainda que severas em si mesmas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos limites últimos ou estruturais do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas

pelas forças ou tendências contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão. (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

Uma crise desse porte afeta as três dimensões produtivas do capital: a produção, o consumo e a circulação. Essa tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe desarranjos cada vez maiores. E mais, “ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799). Assim, em momentos anteriores, poderia uma dessas dimensões ser subjugada às outras em função da necessidade de autoexpansão do capital, uma vez que, de acordo com Mészáros, “enquanto fosse possível cavar buracos cada vez maiores para encher com a terra assim obtida os buracos menores cavados anteriormente –, não só cada uma das dimensões internas contraditórias poderia ser fortalecida separadamente como elas também poderiam funcionar em harmonia “contrapontual” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799).

Por outro lado, uma crise estrutural “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Isso demonstra que o capital constitui um sistema totalitário e articulado; assim, os problemas nesse sistema mundializado se irradiam por todos os cantos do planeta.

Em um sistema mercantil de funcionamento articulado mundialmente, em que a saúde do conjunto do sistema passa a depender de cada veia particular por onde flui a circulação que dá vida ao organismo, cada impasse ou problema proveniente de qualquer zona restrita do circuito atinge necessariamente o organismo como um todo.

Ao adentrar 1970 numa crise estrutural, o capital não consegue deslocar suas contradições a um nível correspondente e

necessário ao seu poder de expansão econômica. Grande parte das iniciativas historicamente tomadas para a amenização das crises cíclicas que o capital passou não representa, no momento, uma resposta aos problemas existentes, o que demonstra a gravidade extensiva e intensiva da crise que vivemos.

Em relação à estrutura política, passamos por uma reversão na qual um novo policentrismo é estruturado entre os países desenvolvidos, visando manter suas riquezas a qualquer custo; em relação ao emprego, nem de longe vislumbramos a possibilidade do pleno emprego auferido pelo *Welfare State*, já que o desemprego crônico em massa é uma triste realidade que atinge países avançados e subdesenvolvidos de hoje.

No que diz respeito ao acordo de *Bretton Woods*, adotado em 1994, no qual o dólar se transformou em moeda mundial, este vem se desintegrando em razão das novas configurações monetárias mundiais. Por fim, o poder de extração e alocação da indústria/militar nos dias atuais seria no mínimo problemático, para não dizer explosivo e ameaçador para a humanidade, tornando concreta a perspectiva da destruição por completo da vida na Terra.

Quanto ao capital, nenhum agente humano detém o seu controle enquanto as relações produtivas forem regidas por essa lógica, mas apenas participa, de acordo com sua posição de classe, das tomadas de decisões hierarquicamente constituídas em favor da manutenção, expansão e acumulação de riqueza nas mãos de uma classe dominante cada vez mais poderosa. Essa autoexpansão é feita a qualquer custo.

De acordo com Mészáros (2002, p. 699),

[...] o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a disjunção radical entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. [...]

Nesse sentido, os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim, como uma trava ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade. [...] Somente quando o capital já não for mais capaz de assegurar, por quaisquer meios, as condições de sua auto-reprodução destrutiva, causará assim o colapso do sociometabolismo global.

A sociabilidade capitalista precisa, nesse momento de crise estrutural, de meios para a necessidade imperiosa da manutenção dos níveis mínimos necessários à vigência expansiva e acumulativa do lucro. As formas destrutivas encontradas até o momento são cada vez mais problemáticas e não resolutivas da crise estrutural.

Os Estados Unidos despejam bilhões de dólares de seu orçamento na indústria militar, e em cada conflito são lançados milhões de dólares que podem ser utilizados para comprar mais armas. Essa produção perdulária se mantém sob o manto patriótico da população em defesa do bem contra o mal. Outro aspecto, antes utilizado com muito sucesso, encontra-se hoje em dificuldades, visto que utilizar os países subdesenvolvidos como possibilidade de expansão das riquezas dos países desenvolvidos se torna, na atualidade, uma impossibilidade estrutural. Portanto, se fosse possível desenvolvê-los a partir da lógica do capital, estaríamos apenas deslocando, para o nível do impossível, as dificuldades estruturais em que se encontram os países avançados.

Mészáros esclarece que

[...] o mundo “subdesenvolvido” já está completamente integrado ao mundo do capital, e cumpre nele várias funções vitais. [...] Tais propostas irrealis ignoram sistematicamente que é absolutamente impossível manter os pés nas duas canoas: manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e “superdesenvolvido” do capital “avançado” (o qual depende necessariamente da continuação da

dominação de um vasto território de subdesenvolvimento forçado) e, ao mesmo tempo, impelir o “Terceiro Mundo” a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental “avançado”, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida). (MÉSZÁROS, 2002, p. 809-810).

O Terceiro Mundo, de acordo com Mészáros, encontra-se integrado à mundialização do capital de forma débil, subordinada e dependente. As burguesias desses países realizam seus lucros por meio dessa integração e não querem, nem podem, por meio desse sistema, encontrar outra forma de relacionar-se economicamente com os países centrais. Essa relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento como algo inerente e necessário à realização do capital na atualidade torna-se explícita na citação de Mészáros (2002, p. 683):

Certamente, de acordo com a sua linha de menor resistência nas circunstâncias, a exploração neocolonial, muito protegida pela extração de mais-valia absoluta, serve perfeitamente aos interesses do “capital metropolitano” e seu apetite insaciável por superlucros facilmente repatriáveis. Entretanto, não se pode esquecer que a “modernização” neocolonial do sistema capitalista de produção, que mantém no “Terceiro Mundo” a reconhecida preponderância anacrônica da mais-valia absoluta, também vem a servir aos interesses do capital “subdesenvolvido” e à sua linha de menor resistência no estágio de desenvolvimento dado. É precisamente com base nesta identidade de interesses que as diferentes seções do capital global podem operar com êxito, em plena cumplicidade umas com as outras, as práticas econômicas mais antiquadas e abertamente exploradoras; em sua linha comum de menor resistência na estrutura global da produção capitalista.



Chesnais (1996) explica que, nos anos dourados do desenvolvimento fordista do pós-II Guerra Mundial, a ideologia desenvolvimentista para os países do Terceiro Mundo estava com toda a força. Essa concepção ideológica criava um ideário positivo quanto à possibilidade de os países subdesenvolvidos alcançarem os mesmos patamares econômicos e tecnológicos que os países avançados atingiram. A modernização dos países em desenvolvimento era uma questão de tempo e de investimento, por meio de empréstimos, transferência de tecnologia, enfim, da compra e do endividamento progressivo e incontornável dos países pobres em relação aos grandes centros produtivos do capital moderno.

Durante várias décadas, prevaleceu a ideia de que o modelo ocidental de desenvolvimento (capitalista) poderia ser generalizado para todos os países e regiões do planeta. Havia “etapas de desenvolvimento”, degraus de uma escada que qualquer país poderia galgar (CHESNAIS, 1996, p. 312).

Conforme o autor (1996), essa ideia de desenvolvimento foi abandonada, pois

esse desenvolvimento não é mais desejado pelos que eram outrora seus agentes externos; por outro, sabe-se que ele se choca com limites ecológicos incontornáveis, na medida em que sempre foi concebido como extensão mundial dos modos de produção e consumo estabelecidos nos países avançados. (CHESNAIS, 1996, p. 313).

Os interesses dos países avançados, a partir da crise estrutural, com a introdução do modelo de organização flexível, conhecido como toyotista, passam a ser seletivos e de manutenção das suas necessidades capitalistas.

Conforme Chesnais (1996):

Certos países ainda podem ser requeridos como fontes de matérias-primas (na verdade cada vez menos). [...] Outros são procurados, sobretudo

pelo capital comercial concentrado, como bases de terceirizações deslocalizada a custos salariais muito baixos. [...] Mais uns poucos países, por fim, são atrativos devido a seu enorme mercado interno potencial (por exemplo, a China). (CHESNAIS, 1996, p. 313).

Com isso, abandona-se a proposta de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos na crise atual, partindo-se para a introdução de políticas administrativas da pobreza<sup>3</sup>.

Outro importante fator na dinâmica destrutiva da autorreprodução do capital nessa crise é a taxa de utilização decrescente das mercadorias, ou seja, a diminuição da vida útil dos produtos produzidos e consumidos no mundo do capital. Essa produção dos descartáveis e dos desejos consumistas cada vez mais imediatos, levada por modismos que se desgastam muitas vezes no simples momento da compra, possibilita ao capital realizar seus lucros sobre um espaço de circulação fixo.

É possível, atualmente, produzir grandes quantidades de mercadorias descartáveis e vendê-las no mesmo espaço de consumo. Portanto, os milhares de pobres que se colocam excluídos desse consumo não mais preocupam os capitalistas quanto à sua necessidade de acúmulo de riqueza. Através da taxa de utilização decrescente das mercadorias, a circularidade de uma

---

<sup>3</sup> Essas políticas dependerão da situação e do estado da crise econômica e social do capital em cada época, de seu aprofundamento, ou de alguma condição histórica temporária de expansão econômica. Historicamente, a relação do Estado e do capital em relação ao pauperismo produzido por sua própria lógica produtiva oscila/ou se combina entre um assistencialismo e o uso da violência contra os pobres. Todas as políticas atribuem essencialmente às causas do pauperismo e dos males sociais ora à imperfeição humana, ora à falta de vontade política, ou à falta de recursos, às falhas administrativas, à corrupção, à insensibilidade do governo ou das classes dominantes, à indolência dos pobres, à falta de educação, enfim, a uma longa lista que não atinge a *causa sui* real do problema, tampouco propõe sua resolução, por encontrarem-se todas as ações sob um horizonte parcial e limitado da política no interior do círculo vicioso da própria ordem social e econômica.

quantidade de mercadoria necessária para o lucro do capital pode ser realizada num mesmo espaço de consumo, sem que seja necessário ao capital conquistar novos consumidores.

A rotatividade, por meio da produção para a destruição, cria valores de uso cada vez mais voláteis e imaginários. Essa circulação é garantida mediante produtos com o tempo de vida cada vez menor (desgastando-se rapidamente), ou pela criação cada vez maior de necessidades artificiais nos consumidores. Produzem-se mercadorias que logo se desgastam, por não estarem simplesmente mais na moda. Os efeitos dessa forma de produção destrutiva são altamente danosos à vida humana e à preservação dos meios naturais necessários à nossa sobrevivência.

Segundo Mézáros (2002, p. 685):

O resultado, sob o impacto dessas determinações, não é a *ampliação* dos contornos da circulação que se constitui em tendência inexorável do desenvolvimento do capitalista, mas ao contrário, a restrição artificial do círculo de consumo e a *exclusão* dele das massas “desprivilegiadas” (isto é, a esmagadora maioria da humanidade), tanto nos países avançados como no “Terceiro Mundo”, graças às perversas possibilidades produtivas abertas ao sistema capitalista pela taxa de utilização decrescente.

Esse aspecto intensifica o uso e a prática cotidiana de um contravalor, pois o significado de vida consumista preponderante na contemporaneidade é ampliado por meio da perdulariedade excessiva. Um indivíduo ao consumir algum produto e, conseqüentemente, ao satisfazer mais rapidamente uma determinada necessidade do estômago ou da fantasia, de maneira extremamente volátil, dada a obsolescência da vida útil de cada mercadoria e o prazer ínfimo por meio do consumo, reabre por intermédio da dinâmica da produção perdulária uma nova necessidade para si mesmo, por outro produto mais “moderno”, mais “atualizado”, mais “desenvolvido”; enfim, gera-se um círculo

vicioso, em que quase que instantaneamente uma nova/outra necessidade e, conseqüentemente, uma nova/outra insatisfação é gerada e deve ser realizada no mercado consumidor do capital.

Arcary (2004, p. 42) explica que a “crise teria na sua raiz a incapacidade de produção de uma massa de mais-valia que garanta a valorização do capital”. O capital tem em sua própria lógica produtiva uma vulnerabilidade que o leva a crises cada vez mais intensas. Assim, o autor expõe cinco fatores que estariam aprofundando as perturbações desse sistema. O primeiro é representado pela tendência à baixa da taxa média de lucro do capital. Explicando: essa tendência se explicaria pelo constante aumento da composição orgânica do capital. Como a parcela do capital que garante a produção de mais-valia (o capital variável, utilizado na compra da força de trabalho) tende a ser uma fração cada vez menor do capital em seu conjunto, já que se manifesta a irrefreável tendência à substituição de trabalho vivo por trabalho morto, a rentabilidade média, em princípio, teria de cair.

O segundo problema apontado recai sobre a exploração desenfreada das matérias-primas existentes e a necessidade do capital de barateá-las com o objetivo do aumento do lucro por meio do uso intensivo desses bens naturais. A possível escassez de petróleo e água prognosticada pela ONU e por estudiosos de vários países nos alerta para o risco da falta desses bens naturais imprescindíveis à vida moderna e, no caso da água, imprescindível à existência humana. Problemas como o efeito estufa e a produção de transgênicos representam os descaminhos de uma produção que não se move pela racionalidade das necessidades humanas; a riqueza é o fim desse sistema, mesmo que, para isso, arrisque a saúde e a vida de milhares de pessoas.

Pouco importa às multinacionais, que calculam lucros estratosféricos com os *royalties* das patentes, se todas as análises médico-clínicas recomendam prudência e sugerem uma quarentena para o uso de grãos geneticamente alterados, antes de liberá-los para o consumo humano. Tudo são negócios. (ARCARY, 2004, p. 45).

A terceira questão referida por Arcary é a tentativa do capital de bloquear a crise através de investimentos em novas tecnologias na produção. A elevação da “produtividade pela poupança do tempo médio de trabalho socialmente necessário do capital para vencer a concorrência no mercado é também um fator de crise do sistema” (ARCARY, 2004, p. 45). O autor, ao dialogar com Marx, expõe sua conclusão sobre a questão:

Marx não ignorava que a elevação da mais-valia relativa poderia ser um fator de neutralização da queda dos lucros, já que máquinas mais modernas permitiriam elevar a produção e reduzir os custos, sem aumentar a jornada de trabalho e sem reduzir os salários. Mas destacou que esse movimento do capital, na longa duração, teria como consequência o aumento da composição orgânica, porque diminuiria o peso do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, e, como só o trabalho vivo gera mais-valia, a taxa de lucro média teria de cair. (idem, p. 45).

A quarta polêmica refere-se à impossibilidade de a economia mundial do capital encontrar atualmente espaços para a expansão horizontal do seu imenso mercado produtivo.

A questão consiste em esclarecer se há alguma área que possa atrair investimentos produtivos capazes de promover um relançamento mundial sustentado da economia internacional, se a China, com suas imensidões, e mesmo considerando-se o lugar que ocupa no mercado mundial, não conseguiu fazê-lo. Não parecem animadoras as projeções de crescimento do mercado mundial. (Ibidem, p. 47).

O mercado do capital, na atualidade, atingiu territorialmente a extensão da quase totalidade do planeta Terra, diferentemente do período da expansão marítima europeia dos séculos XIV e XV, e dos períodos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, no século XX. Esses três períodos, cada um com sua particularidade histórica específica, detinham concretamente a possibilidade de

expansão da exploração dos países capitalistas a lugares ainda não conhecidos.

A quinta questão é formulada por uma indagação do autor:

Será que a magnitude do capital, as dimensões colossais que a acumulação já atingiu, que permitem que tenhamos hoje, por exemplo, pelo menos US\$ 15 trilhões circulando, diariamente, nos mercados financeiros, compensa a redução da taxa média de lucro? (ARCARY, 2004, p. 47).

O lucro por meio de investimento em capital fixo é cada vez maior. A produção com os investimentos em tecnologia faz aumentar a produtividade, mas, por outro lado, a circulação do capital e sua realização no mercado são cada vez mais lentas, tendo como resposta a esse movimento uma diminuição nas taxas de lucro. O capital produz de forma gigantesca, e a realização do seu lucro está, na atualidade, no poder giratório desse montante. A magnitude do potencial produtivo do capital extrapola o movimento cada vez mais lento do seu lucro na produção tecnologicamente modernizada.

O autor explica ainda que:

A queda dos lucros na produção está na raiz da fuga de capitais de investimentos produtivos e da alocação cada vez maior de massas de capital em papéis. Que futuro poderíamos atribuir a um sistema em que a riqueza foge da atividade produtiva? Presumir crises cada vez devastadoras socialmente e politicamente insustentáveis não parece, portanto, catastrofismo. (Idem, p. 48).

Por fim, o autor explica que o capital não pode evitar suas crises, e que, diferentemente das crises cíclicas explosivas anteriores a 1970, a crise atual demonstra um caráter mais brando, porém continuado, e que seus limites elevam as contradições e os efeitos do capital a níveis cada vez mais desumanizadores.

Na atualidade, as saídas encontradas pelo capital para a sua contínua autorreprodução não apresentam, em nenhum de seus aspectos, uma solução a suas contradições destrutivas para a vida humana e do planeta. A cada aprofundamento da crise estrutural, intensifica-se um aspecto intrínseco ao sistema, a incapacidade de planejamento global a longo prazo. Os significados e valores predominantemente assumidos e utilizados pelos indivíduos e classes no interior dessa crise estrutural seguem a mesma dinâmica destrutiva e negativa, pois objetivam um contravalor. Suas saídas se dirigem para interesses imediatos em meio à crise, e a barbárie cada vez mais se instala e aprofunda.

Significados e valores tornam-se preocupações legítimas nesse sistema reprodutivo apenas se são prontamente redutíveis aos vínculos monetários (no que se refere aos indivíduos isolados), ou ao imperativo da lucrabilidade, quando o tema em questão é a relação de classe de exploração e dominação estrutural que assegura a acumulação na ordem social estabelecida. (MÉSZÁROS, 2007, p. 34).

No momento em que o ser social surge por meio de sua atividade automediadora do trabalho junto à natureza, configura-se um ser radicalmente histórico e social. Surge no interior do ser social a questão de uma vida com um significado para as vidas das individualidades. Ao mesmo tempo, sabemos que a história humana teve de percorrer longos séculos, e modos de produção, para que os objetivos emancipatórios *em-si* pudessem se transformar em *para-si* consciente e real, e ter a possibilidade de ser perseguidos conscientemente pelos indivíduos como projetos humanos historicamente articulados.

O significado em questão é o tempo de vida dos indivíduos potencialmente significativo, emergente em seu vínculo próximo com o desenvolvimento produtivo da humanidade, que pouco a pouco liberta os indivíduos dos constrangimentos brutos de sua remota existência, restrita à mera

sobrevivência, e institui para eles o poder de fazer escolhas genuínas. (MÉSZÁROS, 2007, p. 34).

Diferentemente dos animais que se relacionam com sua espécie apenas como um simples gênero animal, biologicamente determinado, pois suas singularidades não utilizam de modo consciente a força de sua totalidade como espécie animal, os homens formam um complexo corpo social em forma do gênero humano (humanidade), composto por uma complexa multiplicidade de indivíduos reais e concretos, que se formam no interior dessa força social de modo ativo e consciente. E assim, o ser social,

[...] muito diferente dos “indivíduos genéricos” animais – são também capazes de estabelecer conscientemente para si mesmos objetivos particulares a buscar tanto em ocasiões distintas, em contextos limitados, como também em alguma espécie de coerência interconecta/geral, que compreenda uma parte mais ou menos extensa de seu tempo de vida e com isso lhe confira significado. (MÉSZÁROS, 2007, p. 34).

Os indivíduos reais se particularizam em personalidades distintas por meio de suas escolhas específicas diante das alternativas abertas pela totalidade social em cada momento histórico. As potencialidades voltadas ao maior desenvolvimento dessas individualidades dependerão das tendências e das alternativas abertas pela humanidade em seu conjunto.

Se pensarmos na crise em que nos encontramos na atualidade, e nas alternativas hegemonicamente colocadas no cotidiano aos indivíduos como formas de vida significativa e de valores hegemônicos a serem adotados no enfrentamento de seus conflitos imediatos, perceberemos a gravidade do problema. Os efeitos destrutivos para a humanidade e para os meios inorgânicos e orgânicos essenciais à existência da vida no planeta demandam uma vinculação harmoniosa entre os indivíduos e seu gênero humano, tornando possível um planejamento consciente,



abrangente e temporalmente extenso para que eles possam enfrentar os desafios atuais. Faz-se necessário um meio produtivo e reprodutivo que utilize toda a força social em seu conjunto, de modo positivo e criativo, em prol da própria humanidade. Essa condição se faz impossível sob a lógica imediata, incontrolável e alienada do capital.

O grau de vinculação entre o tempo do indivíduo e o seu gênero coloca-se como algo essencial na questão do significado positivo para o desenvolvimento dos indivíduos, em confluência com o desenvolvimento de sua humanidade. Na mesma medida, o grau de desvinculação e de observação entre aquilo que individualmente ou em classe é adotado como significativo e fundamental às suas existências implicará um contravalor em relação ao desenvolvimento do gênero humano. Nesse caso, se os atos particulares se constituem em contravalores destrutivos ao conjunto da humanidade, conseqüentemente, os “ganhos” imediatos aos indivíduos num dado momento reforçarão e perpetuarão na mesma medida as condições de sua desumanidade.

Há nesse sentido uma inter-relação do tempo do indivíduo com o gênero, pois o tempo do indivíduo é sempre menor que o da humanidade, contudo, não é por ser menor que deve ser antagônico. A dimensão fundamental na instauração de valores e de significados humanamente ricos entre esses dois polos recai sobre a humanidade. Quanto maior, e mais intensa, for a inter-relação e a harmonia entre aquilo que os indivíduos tomam como ações significativas para as suas vidas junto ao desenvolvimento da humanidade, maior será o estímulo positivo e favorável para o desdobramento e o desenvolvimento das personalidades particulares e do conjunto do corpo social.

O que é diretamente relevante aqui é que a diferença objetiva entre o tempo dos indivíduos e o tempo da humanidade constitui a fundação objetiva do valor e do contravalor. Pois as potencialidades da humanidade nunca são idênticas às dos indivíduos cada vez mais restritos. Só podemos realmente falar, no que diz respeito a

essa relação, do intercâmbio reciprocamente enriquecedor entre a humanidade e os indivíduos, por meio do qual as potencialidades reais de ambos podem ser integralmente desdobradas de modo contínuo. Pois os indivíduos podem adotar como suas aspirações próprias os valores que apontem em direção à realização das potencialidades positivas da humanidade e, assim, também desenvolver a si mesmos positivamente; ou, ao contrário, podem fazer escolhas que ajam contra as potencialidades positivas da humanidade e as conquistas historicamente alcançadas. (MÉSZÁROS, 2007, p. 35).

Numa sociedade de classes, as motivações dos valores adotados serão não o resultado de tendências meramente pessoais, abstratas e isoladas de cada indivíduo, mas essencialmente, segundo as determinações positivas ou retrógradas produzidas pela síntese das ações individuais no interior das lutas de classe e identificadas com um dos horizontes de cada classe em luta. O sujeito fundamental desse processo é a classe social, a qual produz a possibilidade e a necessidade segundo sua natureza, sua posição histórica na luta de classes e, conseqüentemente, os desdobramentos resultantes de suas escolhas diante dos desafios históricos<sup>4</sup>.

Pois a humanidade não age por si mesma, mas por meio da intervenção dos indivíduos particulares no processo histórico, inseparável dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem como sujeitos sociais. (MÉSZÁROS, 2007, p. 35).

---

<sup>4</sup> Há na atualidade uma crise do movimento operário e do marxismo, que se configurou por longos anos de acordo com os descaminhos teóricos e práticos adotados nas lutas do trabalho contra o capital, de maneira essencialmente defensiva. Na atualidade, há que se fazer uma autocrítica que supere essas formulações teóricas, estratégicas e práticas reformistas e defensivas, recolocando na ordem do dia a necessidade de um movimento de massa revolucionário ofensivo.

Isso tudo se dará sobre uma base objetiva determinada, sobre um grau de desenvolvimento das forças produtivas, como também, de acordo com a qualidade e a direção no tocante ao usufruto do tempo livre (disponível) em relação aos indivíduos e à humanidade. O tempo livre é resultado direto do grau de desenvolvimento, do modo e da lógica produtiva e reprodutiva de um dado modo de produção e reprodução social.

Nesse sentido, a afirmação ou a contestação do valor será sempre vital para o autodesenvolvimento da humanidade. Isso se dá justamente na relação objetiva entre a escala temporal daquilo que dá significado, que move e direciona as ações e desejos dos indivíduos em relação à sua vida correlacionada ao tempo e aos efeitos dessas ações no desenvolvimento positivo ou negativo da humanidade.

Assumir a “sociabilidade a-social” como a base naturalmente determinada dos valores estabelecidos só pode ser autoderrotista. Pois deve, em última instância, negar a possibilidade de escolhas alternativas reais se elas forem conflitantes – como invariavelmente são – com as determinações destrutivas do eterno presente conflitual/adverso vigente. É a suposição infundada do eterno presente do capital que carrega consigo a permanência circularmente postulada da “sociabilidade a-social”. Por certo, a “sociabilidade” pode ser apenas “a-social”, mas até mesmo anti-social da maneira mais destrutiva, como é muito bem sabido. Contudo, a sociabilidade atualmente conhecida pode também ser social de modo profundo e responsável, assumindo a forma da genuína cooperação. Tudo depende da orientação seguida na instituição de valor pelos indivíduos sociais, que podem ou bem favorecer as potencialidades positivas da humanidade ou, ao contrário, alinhar-se aos contravalores cada vez mais perigosos do capital – conforme escolhem entre as alternativas reais disponíveis – ao confrontar ou esquivar-se do

desafio e do fardo de seu tempo histórico.  
(MÉSZÁROS, 2007, p. 39).

Adentramos assim uma questão central caso queiramos alterar o círculo destrutivo do capital no capitalismo. Devemos questionar e superar radicalmente as premissas práticas que dão vida e base a todo o funcionamento do sistema sociometabólico do capital. Pois, como afirma Mészáros, não somos apenas os seres que sofrem os efeitos danosos desse sistema social, mas também seus produtores. Desse modo, recai sobre a própria humanidade e suas individualidades a responsabilidade sobre o destino de suas vidas.

Discutiremos no último capítulo deste livro algumas premissas básicas dessa tarefa e a questão do significado da vida diante de um processo alternativo à ordem atual. A gravidade dos problemas socialmente construídos pelo processo destrutivo da crise estrutural e a emergência de se enfrentar os problemas colocam-se na atualidade como uma problemática central, pois, a depender daquilo que moverá os anseios e os desejos dos indivíduos no interior de suas classes, se porá em movimento algo de fundamentalmente novo – ou a barbárie continuará a pôr em risco a existência da vida humana.

## 6. O SENTIDO DA VIDA PARA ALÉM DO CAPITAL

Os ombros suportam o mundo

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.  
Tempo de absoluta depuração.  
Tempo em que não se diz mais: meu amor.  
Porque o amor resultou inútil.  
E os olhos não choram.  
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.  
E o coração está seco.  
Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.  
Ficaste sozinho, a luz apagou-se,  
mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.  
És todo certeza, já não sabes sofrer.  
E nada esperas de teus amigos.  
Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?  
Teus ombros suportam o mundo  
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.  
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios  
provam apenas que a vida prossegue  
e nem todos se libertaram ainda.  
Alguns, achando bárbaro o espetáculo  
prefeririam (os delicados) morrer.  
Chegou um tempo em que não adianta morrer.  
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.  
A vida apenas, sem mistificação.

Carlos Drummond de Andrade

### 6.1. O papel da consciência e de uma forma de organização política adequada à revolução

[...] Cada passo do movimento real  
é mais importante do que uma  
dúzia de programas [...].

Carta de Karl Marx a Wilhelm Blacke, 1875

Não é por haver a necessidade da revolução que a revolução tenha de acontecer. E mais, a revolução não será um evento que surgirá do próprio andamento espontâneo do desenvolvimento objetivo; este é apenas a base real sobre a qual a possibilidade da revolução poderá ser posta em movimento através da decisão da classe proletária revolucionária. Lukács, analisando as condições da consciência política revolucionária da classe operária da década de 60 do século XX, nos diz que:

Na classe operária de todo o mundo, pode-se certamente observar um indubitável retrocesso na consciência. Esse retrocesso da consciência, isto é, a decadência do fator subjetivo, manteve sua expressão mais exata naquele parâmetro mundial que é a social-democracia; esta não se colocou apenas contra o socialismo, como em 1917, mas está agora tão inteiramente no terreno da democracia manipulada que dificilmente se pode distinguir o discurso de um social-democrata alemão daquele de um homem do Partido Democrata Cristão (CDU). (LUKÁCS, 2014, p. 96).

A deformação dessa subjetividade operária, fruto da manipulação reformista/politicista, se dá num nível tão profundo que, num determinado momento da história e dos embates políticos, não é possível distinguir um social-democrata de um integrante do Partido Democrata Cristão. Essa afirmação de Lukács nunca foi tão atual, e demonstra a imensa e profunda necessidade de se fazer uma autocrítica radical do movimento operário, dos partidos, das revoluções, dos sindicatos e de todos os instrumentos de luta desenvolvidos pelo trabalho contra a ordem social do capital. Junto à autocrítica dos descaminhos tomados pela esquerda revolucionária, faz-se necessária uma crítica radical na mesma medida ao sistema sociometabólico do capital, na

perspectiva de repor no horizonte a revolução radical da ordem atual.

Mészáros, ao realizar um esforço teórico na tentativa de compreender justamente esse quadro de questões aqui colocadas, explica que:

A desorientação em questão não é, de modo algum, simplesmente ideológica. Ao contrário, ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e, por esse motivo, perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que correspondam diretamente ao seu caráter defensivo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 787).

Dessa maneira, a resolução dessa problemática em favor da revolução socialista não se encontra tão somente numa reorientação político-ideológica, mas na recíproca e dialética relação dos fatores prático-institucional e ideológico-político, que precisam permutar sua postura e orientação defensiva reformista por uma posição ofensiva.

Mészáros indica que diante da imensa tarefa e das drásticas medidas que teriam de superar, os movimentos de esquerda deverão provavelmente seguir, por um tempo considerável, a *linha de menor resistência*. Ou seja, as tentativas por reformas parciais e graduais que no quadro das crises cíclicas permitiam “ganhos” temporários e fictícios a uma parcela da classe trabalhadora, convertem-se em ganhos (material e ideológico) aos interesses do sistema do capital. “Somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar por uma virada *espontânea* para uma solução radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 788).

A ofensiva socialista na atualidade tem à sua frente um quadro de crise do marxismo, e com isso, de uma consciência e de instrumentos de lutas essencialmente defensivos, que precisam ser superados. Na história há dois momentos essenciais no surgimento

de um movimento revolucionário: o primeiro se dá por explosões espontâneas diante de um quadro histórico de revolta, e o segundo, como resultado do esforço consciente, resulta no surgimento de estruturas de organização coordenadas que levariam à luta em escala internacional. Contudo,

somente quando as condições objetivas implícitas em tal objetivo estão em processo de se desdobrar em escala global é possível imaginar realisticamente a articulação prática dos órgãos necessários da ofensiva socialista. (MÉSZÁROS, 2002, p. 789).

Marx indicava que a formação do quadro de organização política revolucionária deveria seguir o desenvolvimento de uma consciência comunista em escala de massa, e ao mesmo tempo, a elaboração de uma estrutura organizacional de luta inerentemente aberta. Ou seja, há que se fazer uma radical autocrítica dessa postura defensiva e reformista – tanto ideológica como prática –, perceber suas determinações e erros históricos no enfrentamento de suas lutas de cada época e forjar, de acordo com a realidade histórica atual de crise estrutural do sistema do capital, uma coerente e adequada forma de consciência e de organização política ofensiva contra a ordem do sistema do capital.

A concepção global de Marx tinha como objetivo estratégico a revolução social abrangente, a partir da qual os homens deveriam mudar “de cima a baixo as condições da sua existência industrial e política e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser”. Sendo assim, as formas e instrumentos da luta teriam de corresponder ao caráter essencialmente *positivo* do empreendimento como um todo, em vez de serem bloqueados na fase *negativa* de uma ação *defensiva*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 791).

Diferentemente desse quadro de questões indicados por Marx, vivenciamos hoje, segundo Lukács, um período de profunda decadência do movimento operário e da esquerda em geral. Lukács, em meados da década de 1960, afirmava que se fazia



necessário reorganizar as forças, compreender as raízes profundas dos problemas e recomeçar a luta noutra patamar de compreensão e de ação revolucionária. Nesse trecho, o autor deixa clara a situação que o operário de sua época vivia:

Isto é extremamente verdadeiro, mas não compararia a situação atual com a de Marx e de Engels, porque o senhor não deve se esquecer de que, quando Marx e Engels surgiram, já tinha havido grandes greves na França e, na Inglaterra, já se tinha iniciado o movimento cartista. Ao contrário, devemos comparar essencialmente a nossa situação com aquela na qual, no início do século XIX, se encontraram Fourier, Sismondi e outros. Nós, realmente, só poderemos agir se compreendermos que nos encontramos numa situação assim e que, em certa medida (creio que o senhor compreenda o que quero dizer), o caminho que conduz de Fourier a Marx – quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista da atividade prática – ainda é uma tarefa do futuro. (2014, p. 133).

E mais, complementando sua análise, diz que a autocrítica é a essência da revolução proletária e que se faz necessário criticar os erros das revoluções passadas a fim de recomeçar as lutas do futuro. A análise teórica desses processos, dessas experiências, não se coloca para o autor como uma ação de pequena monta, mas sim uma tarefa de enorme importância para a revolução. Sobre a importância de uma produção teórica radical e livre dos erros do passado, diz que nem todos os proletários da época de Marx conheceram e leram *O Capital*, contudo, seriam impossíveis as lutas do tempo de Marx sem a existência dessa obra. O autor afirma de modo contundente que só uma ruptura radical e universal das práticas e das concepções teóricas defensivas/reformistas poderá restaurar a confiança do proletariado em relação à necessidade da revolução.

Ainda segundo o autor, surgem então tarefas essenciais para os intelectuais revolucionários. A primeira delas é evitar o academicismo fundado no viés teórico e ideológico da manipulação típica do neopositivismo. Cumpre “mostrar o que é social e economicamente novo, e me parece que isso já é uma grande coisa” (LUKÁCS, 2014, p. 105).

Conforme Lukács:

As teorias revolucionárias até Marx não surgiram, mesmo naquela época, diretamente da luta da classe operária, e Lenin não errou ao constatar, retomando um ponto de vista de Kautsky, que a teoria da revolução deve ser levada de fora ao movimento operário. Parece-me que hoje, levando-se em conta que a situação objetiva, sob vários aspectos, é muito mais desfavorável do que era no capitalismo anterior, o significado “de fora” é extraordinariamente mais importante. (2014, p. 102).

Lukács defende a necessidade de que o intelectual revolucionário elabore os princípios teóricos e metodológicos da revolução imprescindíveis à classe operária e sua luta.

Outra grande lacuna indicada por Lukács, e que apenas o processo histórico poderá resolver, é a questão de que Marx, Engels e Lênin conjugaram em si dois grandes elementos fundamentais para a luta revolucionária de suas épocas. Os três conseguiram traduzir o movimento do real em forma teórica junto a uma prática política revolucionária coerente. Do contrário, os líderes posteriores a Lênin poderiam demonstrar um profundo conhecimento tático e político e, no entanto, expressar um amplo vazio teórico, o que os impediria de terem uma visão de conjunto.

Visto este cenário, e as tarefas atribuídas aos intelectuais revolucionários, podemos indagar de que maneira essa teoria poderia tornar-se uma força real para o sujeito fundamental da revolução. De acordo com Lukács:

Por isso, penso que um trabalho teórico excepcionalmente amplo e profundo seja o pressuposto indispensável à práxis. Nenhum de nós, refletindo sobre este problema, pode saber qual será a palavra de ordem que levará a posição antimaniplulação a um ponto explosivo. Podemos apenas fazer tentativas e devemos procurar levar às massas os resultados de nossa pesquisa. É impossível determinar, sobretudo *a priori*, que palavra de ordem virá depois a prevalecer. (2014, p. 131).

A palavra de ordem, ou seja, a síntese entre a ciência e a vida, é resultado do encontro no interior do movimento operário e dos intelectuais revolucionários entre uma ciência que explique o movimento do real em sua essência, e sua consubstanciação para uma ação política. Surge aí a questão e o peso da liderança numa revolução, uma personalidade que dê voz às demandas da classe que representa. Contudo, essa personalidade precisa encontrar uma confluência de fatores históricos independentes de sua vontade, coragem e ímpeto revolucionário. Faz-se necessário o encontro das condições objetivas favoráveis presentes nas lutas de classes.

Lukács expressa de modo simples algo tão complexo na figura de Lênin, em sua experiência revolucionária:

Naturalmente é de todo estranho às minhas intenções fetichizar a importância da decisão de Lenin. Sem os movimentos revolucionários, sem a formação do Partido Bolchevique, sem as guerras mundiais, e assim por diante, não se teria produzido uma situação na qual uma decisão como a de Lênin pudesse ter uma importância tão grande. Volto, assim, ao conceito marxiano segundo o qual os homens fazem eles mesmos a história, mas em circunstâncias que não escolheram. Eu expresso agora com uma fórmula: o homem é um ser que dá respostas. (2014, p. 150).

Há, nesse processo complexo, contraditório e em movimento, milhares de matizes e diversas mediações que se inter-relacionam, tendo seu momento predominante em larga medida na base econômica. Contudo, o papel num dado instante deve ser fruto não do mero movimento espontâneo da realidade, mas de uma subjetividade que encarne por meio de uma liderança de uma classe revolucionária e conjugue, num só instante, a apreensão teórica científica revolucionária a uma visão das tendências contidas no processo histórico, para transformá-las em perguntas, e consequentemente, em resposta.

Na realidade, existem conexões causais que operam de modo espontaneamente causal, e existem conexões causais que são postas em movimento, de um modo particular, sobre a base de uma iniciativa teleológica, sem com isso perder seu caráter de necessidade causal. (LUKÁCS, 2014, p. 151).

É justamente nesse movimento de uma conexão posta que entra o fator decisivo da subjetividade numa revolução, pois há que se pôr uma intenção consciente para um movimento revolucionário nos nexos causais do processo histórico em andamento. É objetivada, ou seja, inserida nas conexões causais, uma decisão entre alternativas, dando uma nova forma concreta à causalidade. E como sabemos, por mais que se preveja uma série de consequências possíveis, abre-se para o processo histórico um campo de imprevisibilidade e de consequências apenas conhecidas *post festum*.

Sobre essa questão, voltamos a mencionar um fator determinante por vezes no andamento do processo, que é o momento da casualidade. Esse fator implica muitas variantes que poderão determinar que individualidade, ou individualidades, encarnarão, num certo momento, entre aquelas variadas circunstâncias, a liderança de um processo revolucionário. E mais, um líder terá à sua frente milhares de consciências diversas de sua

classe que, como explica Lukács, devem decidir se participarão, ou não, e em que medida e direção.

Numa fábrica os operários decidem fazer greve; isso quer dizer que existiram quarenta mil decisões individuais. Na verdade, não há uma decisão coletiva de quarenta mil, porque as decisões foram tomadas por quarenta mil homens singulares e foram depois integradas na decisão de toda a comunidade operária. Por isso Engels tem razão quando diz que não podem ser reduzidas a zero as decisões individuais. (2014, p. 151).

No final das contas, é a união entre as decisões individuais do conjunto de uma classe, ou de uma parcela significativa dessa classe, que decide se quer a revolução, sob as condições objetivas que possibilitem tal fim. Tal processo será sempre movido por idas e vindas as mais diversas e complexas, e que só a história poderá nos revelar. Mészáros alerta sobre o erro histórico e estratégico que recai em configurações excludentes e centralizadoras de organização, como a necessidade de uma unidade fechada no interesse de um partido líder da revolução. Marx e Engels percebiam que a questão da unidade e da unificação dentro de uma estrutura organizacional revolucionária se constituía em conceitos muito problemáticos, dada a diversidade e a pluralidade em seu interior.

Naturalmente, se a revolução socialista é vista como de caráter primordialmente *político* – em lugar de uma revolução social multidimensional, e portanto necessariamente “permanente”, como Marx a definiu –, a produção e a preservação da unidade superam tudo em importância. Porém, quando se reconhece que a conquista do poder é somente o *ponto de partida* para revelar as reais dificuldades e contradições desta transformação “de alto a baixo, de toda maneira de ser” dos produtores associados – dificuldades e contradições muitas das quais não podem sequer ser imaginadas antes de serem encontradas de fato no curso da própria transformação em andamento

–, então a necessidade de estratégias genuinamente pluralistas se afirmam como uma questão tanto de urgência imediata, como de importância contínua. (MÉSZÁROS, 2002, p. 816).

Assim, faz-se necessária a formação de uma organização ideológico-política que possa aglutinar as várias demandas e as múltiplas formas como se apresenta a classe trabalhadora, sem, no entanto, conforme Marx, ceder a nenhuma barganha sobre os princípios que dão uma direção comum ao movimento de massa na luta pela superação do sistema do capital. Deve-se sempre aliar os desafios de curto prazo com os pressupostos e os desafios mais abrangentes.

Em completo contraste, a condição elementar para o sucesso do projeto socialista é o pluralismo inerente a ele, e que parte do reconhecimento das diferenças e desigualdades existentes; não para preservá-las (que é uma necessidade de toda “unidade” fictícia e arbitrariamente imposta), mas para superá-las da única forma viável: assegurando o envolvimento ativo de todos os interessados. (MÉSZÁROS, 2002, p. 816).

Há outro elemento fundamental na luta em seu conjunto contra o capital: a questão da perspectiva histórica, que seria o fundamento de por qual causa lutar. Todo movimento que de algum modo teve como fim uma grande causa precisou desenvolver uma perspectiva histórica que colocasse em movimento um profundo entusiasmo nas individualidades de fazer parte dessa empreitada histórica. Um movimento, um partido, uma organização política ou seja qual for a forma histórica de organização dos trabalhadores deve suscitar esse entusiasmo revolucionário por intermédio de uma perspectiva histórica teoricamente correta e profunda.

Lukács cita uma situação peculiar historicamente vivida por ele, a qual, por condições desfavoráveis da Alemanha, a impaciência unida à incapacidade do partido comunista de mudar a sociedade lançou jovens alemães indignados ao campo do fascismo. “Não devemos esquecer disto, e devemos fazer todo o possível para canalizar essas energias numa direção em que possam ser de efetiva utilidade” (LUKÁCS, 2014, p. 168).

De maneira incisiva, diz Lukács:

A fraqueza dos movimentos de esquerda, em geral, consistiu e consiste no fato de que eles têm poucas condições para despertar um entusiasmo deste gênero. (2014, p. 168).

E um pouco adiante, esclarece:

Assim, não podemos sair do dilema histórico: o despertar do entusiasmo só é possível se fundado sobre uma perspectiva. Só partindo desta perspectiva, um homem pode compreender que, com ela, também a sua vida pessoal será mudada. Para que de um homem concreto possa nascer um movimento de entusiasmo, a perspectiva deve ser *ad hominem*. A grande fraqueza dos movimentos de esquerda em todo o mundo atualmente é a incapacidade de desenvolver um entusiasmo deste gênero pelas nossas perspectivas. (LUKÁCS, 2014, p. 169).

Longe de um mero praticismo, de uma simples tática ou técnica de convencimento, a questão da perspectiva fundada em bases histórico-objetivas corretas é o horizonte sobre o qual o entusiasmo pela causa revolucionária se sustenta e se alimenta. É aquilo que consegue aliar as possibilidades de outro mundo possível para o gênero, tendo um sentido/um entusiasmo/um significado para a vida de cada ser singular, particularizando-se. O sentido de lutar por algo que atinja o homem em sua raiz e em sua vida concreta. A questão de uma consciência que perceba a condição real de que a humanidade se encontra ameaçada, uma

consciência não isolada, meramente introspectiva e perdida em si mesma, mas na condição de indivíduos sociais.

Mészáros (2007, p. 320) elucida tal questão:

A necessária harmonização do tempo histórico aqui referida significa, em primeiro lugar, a adoção das potencialidades positivas objetivamente factíveis da humanidade pelos indivíduos sociais como princípios orientadores e valores de sua própria atividade vital, em oposição aos contravalores do capital impostos de maneira determinista. Naturalmente, isso só é concebível com base em estratégia e objetivos sociais escolhidos de modo consciente, originários dos desafios historicamente determinados pelos grupos sociais aos quais pertencem os indivíduos particulares.

Nesse sentido, faz-se necessária uma consciência que tenha como base de sua reflexão o sujeito fundamental que, por sua própria natureza de classe explorada, cria e possibilita a captação de um horizonte social por um conhecimento radical sobre as causas dessa exploração e, conseqüentemente, por uma ação revolucionária que a realize. Os indivíduos superam de modo radical o isolamento e a visão míope da concepção da classe dominante, por intermédio de sua inserção tanto subjetiva como objetiva no interior das lutas de classes, assumindo, movendo-se e decidindo conscientemente suas práticas de acordo com as tarefas e os desafios historicamente determinados pela classe dominada. Dessa forma, harmoniza-se o tempo de cada indivíduo em relação ao tempo e às demandas da humanidade em ameaça.

O significado de cada individualidade, agora social, não mais meramente singular, alia-se e toma força, forma e razão de ser e de existir em direção às suas necessidades, aliando-se positivamente com a humanidade. Esse processo abre uma perspectiva de vida radicalmente histórica; rompem-se, portanto, a eternização e o olhar congelado do tempo do capital no eterno presente.



Descortina-se o patamar de um significado para a vida genuíno, aberto e efetivamente humano.

Lukács observa que não há um setor da vida dos indivíduos sobre o domínio do capital, e, portanto, da manipulação, que não apresente uma insatisfação e um profundo vazio de sentido; por isso, há que começar os movimentos contra o capital possivelmente no interior dessas fissuras do sistema manipulador.

Se o capitalismo conseguisse fazer com que as pessoas não só comprassem automóveis, geladeiras e televisões, mas também conseguissem torná-las inteiramente satisfeitas com o modo pelo qual atualmente vivem, então nada mais poderia ser feito. Mas isso não acontece. Com efeito, mesmo a literatura não socialista e documentos (relatórios etc.) mostram como até nas camadas mais favorecidas manifesta-se uma crescente e profunda insatisfação diante desse *otium* manipulado. Grande parte da literatura e da arte moderna se esforça por representar esta insatisfação em face do vazio interior da existência humana. (LUKÁCS, 2014, p. 104).

E, com efeito, explica Lukács:

Devemos, ao contrário, dar-mo-nos conta de que a técnica da manipulação – que em parte já é uma herança dos tempos precedentes e só recebeu, agora, uma forma nova – invade realmente a totalidade da vida de cada indivíduo; e por isto, então, nasce o problema de atingirmos o mais rapidamente possível as camadas sociais nas quais já se manifestam uma certa insatisfação e um certo mal-estar. (2014, p. 124).

Há, assim, um *sentido de vida* colocado pela manipulação que perpassa amplas esferas das individualidades no capitalismo atual, pois se vive e se sente predominantemente uma profunda e constante insatisfação, um vazio e um desânimo gerados mesmo na abundância, possibilitando que essas individualidades diante desse estado interno em relação ao mundo, e a depender do

processo histórico e das lutas de classes, tornem-se propensas a perspectivas/horizontes e patamares que de algum modo se coloquem noutra rumo.

Lembrando que não basta a indignação honesta, raivosa, a insatisfação ou qualquer outro elemento num indivíduo isolado, ou numa multidão de indivíduos isolados, para que a revolução se torne a palavra de ordem do dia. Esses elementos são condições que poderão ser favoráveis caso um partido revolucionário ou outra forma de organização revolucionária promova o encontro desse vazio e dessa insatisfação com a perspectiva de uma revolução contra a ordem do capital, e saiba converter em palavras de ordem as grandes causas revolucionárias num contexto historicamente determinado.

Como lembra Lukács, “nenhuma das palavras de ordem com as quais Lênin subverteu o capitalismo russo era uma palavra de ordem socialista” (2014, p. 131). O domínio de um profundo conhecimento teórico do campo do marxismo e uma autocritica radical em relação às experiências revolucionárias passadas são elementos essenciais que, somados à habilidade em converter isso tudo numa *práxis* política revolucionária, tornam-se o papel primordial para uma liderança que se pretenda revolucionária. O “êxito da luta de classe é sempre visto como uma alternativa. Assim, acredito que o desenvolvimento econômico crie apenas as condições para a vitória do socialismo” (2014, p. 145).

A questão fundamental levantada por Lukács em relação àquilo que pode incitar o desejo por um significado pela revolução dirige-se ao tempo livre, ou melhor, ao que se faz na ordem do capital com o tempo disponível proporcionado pela força produtiva em seu conjunto, e no grau de desenvolvimento que ela hoje atingiu. Sabemos que o tempo livre conjuga-se e se transforma em tempo expropriado pelo capital, na forma de produção de valor e valorização do valor, e conseqüentemente, em acumulação e ampliação da riqueza nas mãos da classe dominante.

A revolução é justamente a tomada do poder e o controle dos trabalhadores em relação à sua força produtiva, direcionando para a garantia e a manutenção das necessidades do homem o tempo socialmente conquistado e convertendo-o em tempo livre, voltado ao enriquecimento das individualidades junto ao gênero humano.

É por essa razão que o conceito de tempo livre é totalmente desprovido de sentido para o capital. Deve ser subvertido – e degradado – por sua conversão em “lazer” ocioso, com o objetivo de submetê-lo, exploradoramente, ao imperativo global da acumulação do capital. Em oposição, a contabilidade socialista deve trazer ao primeiro plano a tarefa de fazer sempre o melhor uso do tempo livre disponível da sociedade, bem como de expandi-lo ao máximo no interesse de todos. Eis como se faz possível enriquecer os indivíduos sociais de forma significativa pelo processo do exercício criativo de seu tempo pessoalmente disponível – o tempo disponível dos indivíduos que é necessária e absolutamente negligenciado na sociedade capitalista. (MÉSZÁROS, 2007, p. 44).

## **6.2. A necessidade da revolução: por um significado genuíno na vida**

Clube da Esquina nº 2

[...] Por que se chamavam homens  
Também se chamavam sonhos  
E sonhos não envelhecem  
Em meio a tantos gases lacrimogênicos. [...]

Lô Borges

Como vimos até aqui, hoje nos constituímos num gênero humano mundializado, pois o capital com sua dinâmica expansiva

incontrolável interligou economicamente todos os lugares e indivíduos à sua lógica. Essa rede de mediações entre os indivíduos e o conjunto social da humanidade se dá por uma forma de trabalho e mediante um conjunto de relações econômicas alienadas, assentadas sobre a propriedade privada, e de todo um conjunto de complexos sociais e instituições que produzem e reproduzem a exploração do homem pelo homem, com todas as consequências negativas advindas de um processo social desigual e destrutivo.

Um dos efeitos fundamentais dessa alienação objetiva e fundada no trabalho abstrato é a existência de uma cisão entre o indivíduo e a coletividade. Os indivíduos se constituem, como fruto da relação de produção alienada e abstrata, em mônadas, isolados de seu gênero humano. Seu espaço público apresenta-se como uma força coletiva abstrata na forma da Política e do Estado. Uma forma de coletividade formal, em que a igualdade representa uma mera condição formal e legal de “todos iguais perante a lei”, preservando toda a desigualdade socialmente produzida.

A liberdade nessa forma social se expressa na possibilidade de se ter, e manter, a propriedade privada para a classe dominante. A segurança direciona-se essencialmente para garantir o domínio da propriedade e da exploração. Nesse sentido, constituímos-nos objetivamente num gênero humano global de modo objetivo, no entanto, a força social se encontra subjugada aos interesses e a uma lógica produtiva que desumaniza e se volta negativamente contra a própria humanidade que a gera.

Outro elemento fundamental para nossa discussão é que, na atualidade, o poder produtivo industrial reduziu desde o século XVIII, por meio da Revolução Industrial, o peso da escassez; com isso, efetivamente as forças produtivas no capitalismo detêm a capacidade de prover as necessidades da manutenção da vida humana num patamar antes inimaginável.

Aliada à capacidade produtiva já desenvolvida na atualidade, temos paralelamente uma possibilidade represada de tempo livre que poderia tornar-se condição real e favorável para o desenvolvimento livre, criativo, diverso e sustentável de todos os indivíduos. Contudo, o que vemos na atualidade é o acirramento e o aprofundamento da crise do sistema do capital, e suas implicações destrutivas e desumanas em todos os complexos sociais que compõem o ser social em sua totalidade. Essa crise, que põe em risco a vida humana no planeta, produz a demanda por uma ação revolucionária no mesmo peso e medida de seus problemas. Não cabem mudanças parciais ou acumulativas, porquanto o sistema do capital apenas absorve alterações que se submetem a sua lógica.

Mészáros (2002, p. 179) elucida essa questão:

O impulso expansionista cego do sistema capitalista é incorrigível, porque este não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global. Praticando uma restrição racional abrangente, o capital de fato reprimiria o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, cometendo suicídio como sistema de controle sociometabólico historicamente único. Esta é uma das principais razões por que a idéia de um governo mundial globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema do capital – necessariamente parcial em sua única forma viável de racionalidade – é uma contradição gritante.

A incontabilidade do sistema do capital não permite outra direção a não ser a orientação para a expansão e o direcionamento social e econômico voltado para o acúmulo na forma de lucro. Essa dinâmica social avassaladora torna-se, em tempos de crise estrutural, no capitalismo, um processo expansivo e acumulativo que revela seu lado mais obscuro, pois só é possível se desenvolver, na atualidade, através da destruição de bens, dos trabalhadores e da natureza. Portanto, vivemos, hoje, uma

produção de riqueza que se faz de modo destrutivo e, por isso, não possibilita objetivamente condições progressistas e positivas para a humanidade.

De acordo com Mészáros (2007, p. 58):

Esse sistema em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas é (e tem de permanecer) orientado à expansão e dirigido pela acumulação. Naturalmente, o que está em questão a esse respeito não é um processo designado à crescente satisfação da necessidade humana. Antes, é a expansão do capital como um fim em si mesmo, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução. O sistema do capital é antagônico até o mais fundo de seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente – e deve usurpar – o poder de decisão. Esse antagonismo estrutural predomina em todos os lugares, desde os “microcosmos” até o “macrocosmo” que abarca as mais abrangentes estruturas e relações reprodutivas.

A base produtiva da vida, o trabalho, no qual o homem se relaciona com a natureza para a obtenção de suas necessidades é, sob a lógica do capital subsumido aos interesses da produção de riqueza, o acúmulo de lucro a qualquer custo e preço. As atividades cotidianas são operadas e limitadas diariamente para esse fim, tornando o capital sinônimo de eficiência e qualidade. Essa riqueza tem como fundamento social a extração da mais-valia do trabalhador assalariado por parte do capitalista e a realização dessa riqueza em dinheiro no mercado consumidor.

A lógica desse sistema, por sua própria natureza e dinâmica, não conhece outra direção e fim que não seja o entesouramento de uns poucos pela exploração de uma maioria trabalhadora. Essa lógica produtiva e reprodutiva sociometabólica tem como fim o valor de troca e não o valor de uso, ou seja, o valor de uso, que

seria o mesmo que a produção para as necessidades humanas, transforma-se em meio para a compra e venda de tudo e de todos, até mesmo do próprio ser humano.

O ter domina o ser em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos sujeitos produtivos é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho, à medida que são subjugados às exigências brutais do processo de trabalho capitalista.

Desse modo, pela própria natureza, o capital é um sistema sociometabólico impossibilitado de voltar-se a uma produção e reprodução da vida de maneira sustentável. A dominação do capital sobre a sociedade só pode ser superada por uma ordem reprodutiva materialmente sensata e humanamente gratificante que assuma todas as funções metabólicas vitais deste modo de controle sem suas contradições. (MÉSZÁROS, 2002, p. 613).

Se o ser dos homens precisa ser alterado de modo radical, voltado a um tipo de produção que preserve a vida e desenvolva de maneira consciente e sustentável a relação dos homens com a natureza, então se faz necessário alterar a base que produz a existência, ou melhor, o modo e a forma como se realiza a atividade fundante dos homens: o trabalho. Enquanto o trabalho for operado de forma alienada e os indivíduos exercerem apenas a função externa e parcial da administração dos homens para a obtenção da riqueza desigual e conflitante para o capital, o desenvolvimento harmonioso, livre, criativo e sustentável dos indivíduos junto à natureza e à sociedade será apenas um sonho ideologicamente formulado e mantido para o interesse suicida desse sistema.

Conforme Mézáros (2002, p. 613):

A produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas

necessidades, ou os controla impondo a eles seus próprios imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se pode escapar. Portanto, apenas a auto-realização por meio da riqueza de produção (e não pela produção de riqueza alienante e reificada), como finalidade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade auto-reprodutiva do capital e suas conseqüências destrutivas. Isto significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas, assim como a reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercâmbio social.

Passaremos, por meio dessa transformação radical no modo de produzir e reproduzir a existência humana, de um controle externo fictício através de uma ação política que age nos limites necessários e permitidos à lógica destrutiva do sistema capitalista, para um controle efetivo, consciente, interno e abrangente dos trabalhadores livres e associados do comunismo.

Numa sociabilidade sustentável para além do sistema do capital, ou seja, o comunismo, a produção e a reprodução da vida deverão ter como fundamento o trabalho norteado pelos trabalhadores livres e associados. Como consequência e possibilidade efetiva, as relações de ordenamento social sustentável terão de ser desenvolvidas, segundo Mészáros (2007), seguindo alguns fundamentos.

Em primeiro lugar, faz-se necessário entender que a revolução deve superar a totalidade do sistema do capital, junto a todas as mediações de segunda ordem que a compõem, evitando o erro histórico de apenas focar a luta revolucionária na expropriação legal das personificações capitalistas privadas do capital. Sem essa profunda superação radical feita sobre a estrutura produtiva e reprodutiva do sistema do capital, ou o capital se movimentará assumindo outras formas e meios de outras personificações explorarem a força de trabalho existente, ou as



modificações legais inseridas num dado processo revolucionário serão desfeitas, e tudo retornará ao estado anterior de exploração.

Mészáros explica que teremos de promover a participação efetiva dos trabalhadores nas tomadas de decisão política, cultural e econômica do mundo em que vivemos. Deve haver uma ininterrupta e progressiva transferência do poder de decisão aos produtores livres e associados, tornando irreversível o processo revolucionário em direção à ordem alternativa. Essa participação e envolvimento orgânico, vivo, criativo e livre em relação aos desígnios das individualidades sociais desenvolve efetivamente um significado genuíno junto a um interesse duradouro do movimento de massa em relação ao processo revolucionário em andamento. Esta forma de participação construirá uma identificação dos objetivos mais amplos da totalidade social com cada indivíduo social. Nessa forma de participação, os objetivos parciais são momentos combinados a um projeto extensivo e amplo. Um planejamento produtivo e reprodutivo superador das adversidades, conflitualidades e autoritarismos presentes no sistema do capital e que seja baseado nos interesses vitais plenamente compartilhados dos trabalhadores livres e associados em todas as instâncias.

Outro requisito dessa empreitada complexa é a superação da pseudoliberalidade formal do capitalismo e a introdução de relações igualitárias entre os indivíduos. Ou seja, a conquista da igualdade substantiva, uma condição absoluta para a construção positiva de uma forma de produção sustentável. Essa conquista da igualdade substantiva se coloca como uma grande tarefa para a humanidade, pois há um peso histórico da desigualdade em suas várias formas de existir desde o início das sociedades de classes, o que exige para a sua radical superação a transformação de toda a ordem social e produtiva. A revolução, por isso, não se configura apenas como um momento de negação do existente, mas também como a superação e construção positiva de outra ordem alternativa noutra forma qualitativamente nova de produção e reprodução econômica e social.

Assim, a igualdade substantiva é também o princípio orientador fundamental da política de transição em direção à ordem social alternativa. Quer seja explicitamente reconhecida ou não, a principal ação da política de transição é colocar-se fora de ação pela transferência progressiva dos poderes de decisão aos “produtores livremente associados”. Mas a política não pode fazer isso sem encontrar um princípio orientador apropriado além de si mesma, na ordem social alternativa da igualdade substantiva em desenvolvimento. Essa dedicação à tarefa histórica vital da realização da igualdade substantiva é a única maneira pela qual a política socialista pode cumprir seu preceito de auto-redefinição e reestruturação a serviço da grande transformação emancipatória. (MÉSZÁROS, 2007, p. 236).

A política cumpre na revolução um papel negativo necessário para a construção de uma nova ordem social, contudo, como explica Mészáros,

somente a condução inexorável à realização de uma sociedade de igualdade substantiva pode fornecer o conteúdo social exigido ao conceito de democracia socialista. Um conceito que não pode definir-se apenas em termos políticos, porque deve ir *além da própria política* tal como herdada do passado. (2007, p. 237).

O papel da política é posto aqui nos termos definidos por Marx, que diz:

Toda revolução dissolve a velha sociedade; nesse sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política.

A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o

socialismo se desembaraça de seu revestimento político. (MARX, 2010, p. 78).

O terceiro ponto é banir o ideal de crescimento medido pela quantificação lucrativa do capital, de modo que a produção perdulária, descartável e o desperdício possam ser superados por um crescimento qualitativa e humanamente superior.

E, por último, a superação das relações antagônicas em todos os níveis, rompendo a desigualdade combinada e estrutural entre os países ricos e as nações empobrecidas<sup>5</sup>.

### **6.3. A revolução e a educação socialista: uma relação reciprocamente necessária**

O operário em construção  
[...] E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que morreram  
Por outros que viverão  
Uma esperança sincera  
Cresceu no seu coração  
E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e esquecido  
Razão porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção.

Vinícius de Moraes

---

<sup>5</sup> Todos os pressupostos aqui discutidos foram abordados e expostos de maneira sucinta, dado o formato introdutório que nos propomos nesta obra. Para o aprofundamento do leitor sobre as questões aqui tratadas, ver Mészáros, fundamentalmente nas obras: *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição* (2002) e *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007).

Assim como os demais complexos sociais no interior da sociabilidade capitalista, a educação, de modo sistemático e hegemônico, sofre os efeitos da lógica do sistema. Não há como impor uma formação educacional essencial e radicalmente outra no interior das relações de produção e reprodução do capital. No limite, as funções amplas e estritas da formação das individualidades nesse mundo capitalista se dirigirão para tornar aptas as individualidades em saberes, valores e habilidades segundo as demandas desse determinado mundo. Esse processo segue de modo complexo e contraditório, entre idas e vindas históricas, num movimento de atualização e reconfiguração de uma forma estrita e ampla de educação favorável à reprodução da totalidade social de acordo com suas mudanças.

Se observarmos a época da transição do feudalismo para o capitalismo, mais precisamente, o período do Iluminismo, a Educação, ainda sob os efeitos de um processo revolucionário burguês, defendia utopicamente a necessidade de uma educação que poderia orientar e enriquecer humanamente os indivíduos ao longo de toda a sua vida. Pensadores como Paracelso no século XVI, Goethe e Schiller no fim do século XVIII e início do século XIX, defendiam tal forma de ideal educativo. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, a Educação capitalista aprofunda seus limites, tornando-se mais decadente, resumindo-se a uma função meramente utilitarista, imprescindível à ordem pragmática e estreita sob o controle do capital.

A partir do século XX, a Educação capitulou, sem reservas, às concepções estreitas e empobrecedoras do capital desse momento. Ela tornou-se uma educação sustentada por uma racionalidade instrumental, direcionando-se essencialmente a uma concepção unilateral que atendesse à produção e à sociedade do mercado capitalista e exercendo várias funções, das mais instrumentais e unilaterais necessárias à produção de mercadoria, como concomitantemente voltou-se em direção à adequação de habilidades, de sentimentos, de conhecimentos e valores imprescindíveis aos indivíduos para viverem e se reproduzirem sob

as precárias condições de emprego, desemprego, subemprego e instabilidade produzida pela crise estrutural da atualidade.

As condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos – como uma questão de determinação estruturalmente assegurada – ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme, ainda que não pudessem fugir à áspera situação da escravidão assalariada. Assim, o capitalismo avançado pôde seguramente ordenar seus negócios de modo a limitar o período de educação institucionalizada em poucos anos economicamente convenientes da vida dos indivíduos, e mesmo fazê-lo de maneira discriminadora/elitista. (MÉSZÁROS, 2007, p. 294).

O *ethos*, ou seja, o conjunto cultural dos homens de um determinado momento histórico, foi adequado à lógica do sistema social do capital. E sua formação escolar formal restrita ajustou-se às demandas de uma formação fragmentada, estreita e adequada à “escravidão” assalariada e à sua respectiva divisão social do trabalho. Aliada a essa formação estrita escolar, ocorre cotidianamente, segundo as determinações estruturais objetivas da “normalidade” da vida cotidiana, a educação contínua das pessoas ao *ethos* social dominante, internalizando o conjunto de valores imprescindíveis à reprodução dessa forma social.

A tendência socioeconômica da alienação que tudo traga foi suficientemente poderosa para extinguir, sem deixar rastro, até os ideais mais nobres da época iluminista. (MÉSZÁROS, 2007, p. 294).

Por mais que a formação formal se dê em poucos anos da vida dos indivíduos, a educação ampla, transmitida cotidianamente durante toda a vida, torna a formação das personalidades no interior dessas instâncias sociais ainda mais ideologicamente perniciosa. Amolda suas vidas e seus sentidos e aspirações aos limites da vida alienada como algo inalterável, sem saída,

subjugando e estreitando as individualidades ao *status quo*, sob os valores da sociedade de mercadorias como algo lógico e natural. O processo social é tomado hegemonicamente nessa ordem social como um processo evolutivo e último da sociedade humana, na qual se encontra nesse momento histórico a situação mais desenvolvida da humanidade, restando, no máximo, reformas parciais, pontuais e localizadas.

A história na perspectiva dominante é atribuída ao passado, ao que se fez, pois no presente e no futuro pode-se apenas viver e ter como significado para a vida, mais capitalismo. O capital, portanto, põe em prática um sistema de educação formal e contínuo em conjunto com um processo de doutrinação permanente dos indivíduos à sua lógica. Toda essa formação se estrutura numa concepção de absoluta inalterabilidade da ordem vigente, cabendo apenas ajustes que, ao fim e ao cabo, serão assimilados ao sistema, caso esses ajustes contribuam para a produção do valor e para a valorização do valor de modo crescente e intensivamente superior às formas anteriores utilizadas pelo sistema. Gera-se, nesse movimento, um futuro com crises mais intensas e problemas sociais cada vez mais destrutivos.

A educação na atualidade, assim como os demais complexos sociais, encontra-se numa crise sem parâmetros, pois precisa propagar e defender habilidades, valores e conhecimentos geradores de contravalores destrutivos para os indivíduos em particular e para a sociedade em geral. A educação, hoje, precisa cada vez mais defender aspectos conservadores, irracionais e racistas como forma de sustentar o sistema em esfacelamento de sua estrutura.

O falso socialmente necessário apresenta-se como forma de conhecimento cotidiano e fundamental tanto na formação estrita como na formação continuada – cotidiana e amplamente realizada. Um conhecimento decadente e estreito converte-se de maneira cínica naquilo que os indivíduos precisam aprender para o enfrentamento da realidade caótica. O contravalor dominante

objetiva-se nas ações perpetradas pelos indivíduos, como também nas mais abrangentes decisões tomadas pelos líderes políticos em favor do capital e dos interesses antagônicos das forças econômicas que representam a forma de proceder de modo eficaz e útil no dia a dia.

Um metabolismo dominado pela inversão misticadora das relações reais de intercâmbio sócio-reprodutivo sob o fetiche usurpador da hegemonia supostamente legitimada do capital “produtivo” e da dependência total do trabalho capitalisticamente empregado, assim impondo com êxito à consciência da sociedade como um todo e de seus indivíduos efetivamente trabalhadores e produtivos a falsa consciência da “personificação das coisas e da reificação das pessoas”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 299).

A questão que se coloca é se é possível outro significado de vida e, conseqüentemente, outro projeto de vida alternativo que se coloque contrariamente ao capital. E mais: um significado que se transforme num movimento prático revolucionário com o objetivo da destruição dessa ordem e da construção positiva doutra ordem social. Marx (2006, p. 152) nos alertava para um ponto fundamental dessa problemática: “não basta que o pensamento procure realizar-se, a realidade deve igualmente compelir ao pensamento”. E ainda: “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (MARX, 2006, p. 152). E assim, conclui Marx: “a teoria só se realiza na medida em que é a realização das suas necessidades” (2006, p. 152).

Nessas poucas palavras, Marx demonstra a relação ontológica entre a intenção de um significado que se propõe à construção doutro mundo e o movimento real do mundo que efetivamente coloque um movimento na história dos homens, favorável a esse significado. Há que se ter o encontro do movimento da história no interior das lutas de classes em direção à e a favor da revolução, capitaneada, essencialmente, mas não exclusivamente, pelos operários. Uma relação recíproca entre um

movimento concreto da história pela transformação e um processo de educação socialista em favor dessa empreitada.

Naturalmente, o poder da falsa consciência não pode ser superado pela ilustração educacional (por mais bem intencionada) somente dos indivíduos. Os indivíduos particulares como indivíduos isolados estão à mercê da falsa consciência reificadora, porque as relações reprodutivas reais historicamente dadas em que estão inseridos só podem funcionar com base na “personificação das coisas e na reificação das pessoas”. Consequentemente, para alterar a inversão mistificadora e em última instância destrutiva da relação produtiva da relação reprodutiva sustentável dos seres humanos, contrapondo-se ao mesmo tempo à dominação da falsa consciência reificadora sobre os indivíduos particulares, é preciso uma mudança societária oníabrangente. Nada menos abrangente do que isso pode prevalecer de maneira duradoura. (MÉSZÁROS, 2007, p. 299).

Assim, deve haver o encontro da necessidade da revolução pelos indivíduos no interior das lutas de classes, conjugando uma forma de organização e um instrumento político coerente, em favor dessa radical tarefa.

Não é necessário dizer que a teoria não pode alcançar o povo em questão somente por livros e tampouco se voltando simplesmente, mesmo com a melhor das intenções, a uma multidão de indivíduos. O pensamento radical não pode ser bem-sucedido em seu preceito de mudar a consciência social sem uma articulação organizacional adequada. Uma organização coerente – para proporcionar a estrutura historicamente em desenvolvimento de intercâmbio entre as necessidades das pessoas e as idéias estratégicas de sua realização – é essencial para o sucesso do empreendimento transformador. (MÉSZÁROS, 2007, p. 313).



Assim, um valor, um significado ou uma consciência que se proponha a revolução socialista apenas pode cumprir o preceito histórico a que se propõe se se constituir na efetiva necessidade de um movimento prático pela revolução em andamento, transformando as singularidades em indivíduos sociais ativos e voltados ao atendimento das demandas positivas da humanidade.

Doutra maneira, esse significado e essa aspiração se configurarão num desejo fundamentalmente teórico que, por mais que analise e observe as raízes da lógica destrutiva do sistema social, estará envolvido objetivamente e limitado à forma de ser desse próprio sistema produtivo e reprodutivo em larga medida. Suas intervenções como ações educacionais, políticas e culturais serão sempre atividades educativas<sup>6</sup> que, por mais que exponham e revelem as tendências e as raízes dos problemas sociais vividos pela humanidade, não poderão interromper o andamento da totalidade social dominada pelo capital, tampouco instilar, vivenciar e construir tanto externa como internamente o projeto radical doutra ordem social e econômica que propicie de modo criativo, livre, sustentável e rico a relação dos indivíduos sociais com sua humanidade, dirigindo-se a um maior desenvolvimento das personalidades.

O papel da educação socialista é muito importante nesse sentido. Sua determinação interna simultaneamente social e individual lhe confere um

---

<sup>6</sup> Quem primeiro cunhou tal termo foi Ivo Tonet, em sua tese de doutoramento intitulada “Educação, Cidadania e Emancipação Humana”. Nela, o autor explica as possibilidades e os limites dessas atividades educativas revolucionárias no interior de uma sociabilidade capitalista. Diz que essas práticas não poderão se constituir num programa hegemônico, nem num sistema educacional totalizador no interior do Estado ou de qualquer outra instituição formal, nem muito menos se constituir em atividades coerentes e estimuladas pela cotidianidade fundamentalmente dominada pelo capital. Por essa razão, as práticas ou atividades educativas revolucionárias ocorrerão sem que a realidade esteja vivenciando um processo revolucionário em seu conjunto, e sua abrangência dependerá do movimento das lutas de classes em favor da classe dominada pela revolução.

papel histórico único, com base na *reciprocidade* pela qual ela pode exercer sua influência e produzir um grande impacto sobre o desenvolvimento social em sua integridade. A educação socialista só pode cumprir seu preceito se for articulada a uma intervenção consciente e efetiva no processo de transformação social. (MÉSZÁROS, 2007, p. 302).

Num processo de transição revolucionária, a educação socialista poderá ser realizada de modo ativo, mediante o qual os seus conteúdos e valores serão fruto das transformações requeridas pelas e nas tarefas realizadas para a transformação de sua sociedade. Ademais, com o curso das transformações alcançadas no processo aberto e em andamento, será conformado e internalizado todo um conjunto de novos e outros valores e significados positivos objetivamente alcançados pelos indivíduos junto à sua humanidade.

Os entraves do processo produtivo do capital que põe como centro de sua lógica produtiva e reprodutiva o tempo necessário, no qual se deve intensificar ao máximo a extração desse tempo em favor da criação de valor e de mais-valia imprescindíveis à produção de riqueza, é substituído pelo tempo disponível. O tempo disponível coloca como centro de sua finalidade produtiva e reprodutiva a riqueza da produção em favor da humanidade e do desenvolvimento das individualidades sociais. A força social produtiva assim, e por esse meio, transforma-se num campo favorável, livre, criativo e sustentável ao desenvolvimento dos indivíduos em sua diversidade e complexidade.

Como esclarece Mézáros (2007, p. 256):

Como consequência, não podemos sair do círculo vicioso do capital, com todas as suas determinações fundamentalmente destrutivas e suas falsas alternativas, sem reverter plenamente essa relação vital. Isto é, sem fazer a sociedade – a sociedade de *indivíduos livremente associados* – governar sobre a riqueza, redefinindo ao mesmo

tempo sua relação com o tempo e o tipo de uso a que servem os produtos do trabalho humano. [...] O capital é o inimigo do tempo histórico. Eis o que precisa ser corrigido pelo bem da própria sobrevivência humana. Assim, todos os componentes das relações que se desdobram entre os indivíduos reais que se autodeterminam historicamente, ao lado da riqueza que criam e alocam positivamente por meio da aplicação consciente da única modalidade de tempo viável – tempo disponível – devem ser reunidos em uma estrutura sociometabólica qualitativamente diferente.

O tempo de trabalho disponível, diferentemente do tempo de trabalho necessário referente ao modo de produção capitalista, é o *tempo histórico real do indivíduo*, pois se constitui objetiva e subjetivamente na base e no meio vital que os indivíduos deterão a fim de afirmar o controle de sua própria atividade vital. A revolução é justamente um desafio histórico em que os indivíduos sociais deverão progredir de modo ativo e consciente para a superação do tempo congelado e alienado do capital (que converte o capital numa força estranha e contrária à humanidade), em direção à instauração positiva do tempo disponível livremente determinado pelos próprios indivíduos, tendo como centralidade sua escolha consciente em relação aos objetivos humanamente ricos da própria humanidade.

Em uma sociedade futura, na qual o antagonismo de classes tenha cessado, onde não existissem mais classes, o uso não seria mais determinado pelo mínimo do tempo de produção, mas sim o tempo de produção social que seria consagrado aos diferentes objetos seria determinado pelo seu grau de utilidade social. (Marx *apud* Mészáros, 2007, p. 256).

Nesse caso, os indivíduos sociais utilizarão e desenvolverão a força social produtiva em favor da sua própria humanidade, do seu próprio desenvolvimento livre e amplo. Os três eixos fundamentais indicados como base do desenvolvimento social, ou

seja, as forças produtivas, a constituição do gênero humano de modo mundializado e as mediações sociais que interligam todos os indivíduos singulares ao seu gênero, constituindo-os em indivíduos sociais não mais mudos, isolados, mônadas e abstratos, poderão, por intermédio do controle consciente, livre e associado dos meios produtivos e reprodutivos de sua existência, escolher, decidir, ampliar e criar novas necessidades e novas possibilidades sempre voltadas ao seu desenvolvimento, num processo histórico em aberto.

Assim, pela primeira vez no curso da história humana espera-se que os indivíduos se tornem realmente conscientes de sua parte no desenvolvimento humano com relação tanto a seus objetivos transformadores abrangentes positivamente plausíveis quanto à escala temporal de seu próprio envolvimento real e contribuição específica ao processo de mudança de suas sociedades. (MÉSZÁROS, 2007, p. 310).

E mais:

Somente nessa perspectiva eles podem se tornar plenamente cientes da importância vital de seu próprio tempo disponível, como “produtores livremente associados”. Essa é a única maneira pela qual podem autonomamente dedicar seu tempo disponível – que é simultaneamente seu tempo histórico real como indivíduos sociais particulares capazes de obter sentido da, e dar sentido a, sua própria vida – à criação de uma ordem sociometabólica qualitativamente diferente, bem como historicamente viável. (MÉSZÁROS, 2007, p. 310).

Instaura-se um processo real de significado de vida que se constrói de modo ativo numa direção agora humanamente viável e genuína. Um processo em que as relações de produção e reprodução da vida humana visam ao tempo disponível, em que as necessidades básicas humanas serão satisfeitas numa relação sustentável com os meios inorgânicos e orgânicos da produção.

Nesse instante, a natureza não se constituirá como um meio privado e alienado em relação aos produtores livres e associados, mas como os meios vitais da natureza que precisam ser sustentavelmente utilizados.

Há um processo de educação e de autoeducação humanizadora, pois as mediações perdidas pelo processo de produção do trabalho alienado são efetivamente recuperadas. Instaure-se como possibilidade concreta e viva a capacidade real de os indivíduos planejarem a curto e longo prazo suas ações junto à natureza, pensando e refletindo seus impactos e, portanto, dirimindo de modo consciente e criativo todo processo destrutivo gerado pela forma produtiva do capital.

Desse modo, também o horizonte temporal dos indivíduos sociais particulares é inseparável do tempo histórico abrangente – não importa o quão longo prazo – de toda a sua sociedade dinamicamente em desenvolvimento. (MÉSZÁROS, 2007, p. 311).

Nesse momento, por mais que o tempo do indivíduo não se iguale ao tempo da humanidade, pois o tempo da humanidade se estende ininterruptamente a um futuro mais amplo que uma vida singular, as ações e, conseqüentemente, o significado da vida de cada indivíduo social se ligarão e terão como fim de suas ações de curto e longo prazo a obtenção de uma vida que não se contraponha ao desenvolvimento de sua humanidade. Os indivíduos terão efetivamente o poder consciente de seus destinos; suas forças não serão anuladas, fetichizadas e alienadas no processo de produção de suas vidas, pelo contrário, serão afirmadas num processo de objetivação e de exteriorização que, de ponta a ponta, consistirá numa afirmação de sua humanidade.

Afirma Mézáros:

Na sociedade de transição, é inseparável da necessidade de superar o *ethos* social herdado da ordem reprodutiva do capital. Somente por meio

da educação concebida como a autoeducação radical dos indivíduos sociais, no curso de sua alteração que só pode ter lugar em um movimento prático, em uma revolução, somente nesse processo podem os indivíduos sociais tornar-se simultaneamente educadores e educados. (2007, p. 314).

Ou seja, no momento em que os trabalhadores livres e associados tomarem objetivamente o controle consciente do tempo disponível, tendo como base as premissas fundamentais de suas ações, que são a igualdade efetiva, um planejamento a curto e a longo prazo sustentável, com o uso e domínio do tempo livre em prol do seu próprio enriquecimento humano, suas ações, seus planejamentos, seus fins e seus significados de vida porão em movimento decisões que produzirão um processo social educativo em que efetivamente tanto o ato de educar como o de ser educado terão um patamar e um horizonte radicalmente distintos das formas anteriores dominadas pela exploração do homem pelo homem. Só assim faz sentido Marx afirmar que até aqui os homens viveram na pré-história, pois nesse instante eles deterão o controle de sua história em suas mãos, desenvolvendo um conjunto de valores radicalmente diverso, que conduzirá suas vidas positivamente em relação ao seu gênero humano.

O trabalho se constituirá no ato de garantir e dar condições objetivas para a manutenção da vida humana e de suas necessidades; revelam-se então a finalidade e o tempo fundamental para o desenvolvimento das individualidades, o tempo disponível/livre. É sobre essa base que a liberdade humana se instalará e se movimentará para além das necessidades básicas; os indivíduos se dirigirão rumo aos demais complexos sociais da ciência, da filosofia, da arte, da afetividade, enfim, da explicitação e do gozo de suas potencialidades junto ao gênero humano. Um processo educativo e autoeducativo aberto, criativo e sustentável, sempre em direção aos valores e significados efetiva e genuinamente humanos.

A perspectiva revolucionária deve constituir-se num significado para os indivíduos sociais no interior e por meio das lutas de classes, em direção à construção de uma ordem social e econômica radicalmente distinta das formas anteriores. Nesse sentido, duas premissas definem as tarefas fundamentais: 1. A necessidade de se ter e de se adotar uma economia responsável no novo sistema produtivo; e 2. A busca consciente pela superação de uma forma sustentável para a *conflitualidade/ adversidade antagônica* em todos os níveis, presente no sistema do capital. Essa tarefa apenas será possível por meio de uma alternativa hegemônica ao modo de controle sociometabólico do capital, ou seja, por meio de uma revolução socialista. Essa tarefa põe uma grande perspectiva e um elevado significado às gerações que assumirem pôr em movimento tal empreitada. Lembrando Marx (2012, p. 32), “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”.

A luta pelo tempo disponível, que se configura no eixo central da revolução socialista, reordenará radicalmente os princípios vitais da sociedade humana e, conseqüentemente, tudo aquilo que hoje se mostra como algo fundamental para a formação dos indivíduos. A manutenção da vida humana que se concentra no tempo de trabalho necessário terá como parâmetro de sua atividade e de sua razão a produção de meios de produção e de bens de consumo para a garantia e o uso livre pelos indivíduos sociais em sua totalidade, do tempo socialmente disponível/livre, substantivamente igual, tendo como objetivo o enriquecimento diverso, livre, sustentável e amplo dos homens e mulheres em relação à riqueza do cabedal cultural da humanidade.

Assim, o princípio da igualdade, presente como fundamento substantivamente igualitário, em que cada um contribui e participa ativamente de acordo com suas “capacidades” diversas na produção dos bens socialmente necessários à vida da coletividade, terá o acesso irrestrito de acordo com suas “necessidades”, que também são diversas e particulares. Apenas sobre essa base concreta igual e efetivamente humana pode surgir um significado essencialmente humano que liga as ações de cada individualidade

positivamente com o gênero em seu conjunto. A existência de maneira ativa se dirige ao que é mais humano, desde os princípios mais essenciais da prática do trabalho na garantia pelos bens necessários até a manutenção da vida, como no uso e no usufruto do tempo disponível voltado à riqueza da produção para o desenvolvimento ilimitado, e sempre em aberto, de cada personalidade.

Por isso, e por esse fim, vale a pena viver e lutar!

#### Alucinação

[...] Eu não estou interessado  
Em nenhuma teoria  
Nem nessas coisas do oriente  
Romances astrais  
A minha alucinação  
É suportar o dia-a-dia  
E meu delírio  
É a experiência  
Com coisas reais. [...]

Belchior



## BIBLIOGRAFIA

ARCARY, Valério. Cinco polêmicas sobre os prognósticos de o Capital e o balanço da história. **Novos Rumos**. São Paulo, nº 42, p. 35-50, 2004.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François (org.). **A Mundialização Financeira: Gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

LUKÁCS, Georg. **Conversando com Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1, 3. edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano.** Tradução Ivo Tonet. In: Revista Práxis, n. 5. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, , 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

## LEIA TAMBÉM:

- **Anuário Lukács 2018**
- **Estética em Lukács: a criação de um mundo para chamar de seu**, Deribaldo Santos
- **Educação para o trabalho no capitalismo: o ProJovem como negação da formação humana**, Maria Gorete Rodrigues de Amorim
- **O Significado da vida no sistema do capital: Introdução**, Luciano Accioly Lemos Moreira
- **Mészáros e a crítica ao reformismo da social-democracia ocidental**, Edivânia Melo

## LIVROS PUBLICADOS NA COLEÇÃO FUNDAMENTOS:

- **Introdução a uma estética Marxista: Sobre a Particularidade como Categoria da Estética**, Georg Lukács (lançamento).
- **Conversando com Lukács**, Georg Lukács, entrevista a: Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz
- **Notas para uma ética** (Edição bilíngue), Georg Lukács
- **Pensamento Vivido: autobiografia em diálogo**, Georg Lukács

# ANOTAÇÕES

























